

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS,
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZANOVE --

----- **ATA NÚMERO ONZE** -----

----- (Mandato 2017-2021) -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e dezanove, reuniu, em sessão ordinária, no Auditório do Lisboa Ginásio Clube, sito na Rua dos Anjos, número sessenta e três, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Arroios convocada pela Senhora Presidente da Assembleia da Freguesia de Arroios, Anabela Martins Ferreira da Silva Valente Pires, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto 1 – Intervenção do Público; -----

----- Ponto 2 – Período antes da ordem do dia; -----

----- Ponto 3 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior; -----

----- Ponto 4 – Tomada de posse dos novos membros à Assembleia de Freguesia; -----

----- Ponto 5 – Eleição de novos membros da mesa da Assembleia de Freguesia; -----

----- Ponto 6 – Apreciação da informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e), do nº2, do art.9º, da Lei nº75/2013; -----

----- Ponto 7 – Análise, discussão e votação da Prestação de Contas de 2018; -----

----- Ponto 8 – Apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais de 2018; -----

----- Ponto 9 – Apreciação e discussão do Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição, relativo ao exercício de 2018. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças” os seguintes membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** Jorge Manuel André Rodrigues, Joana D’Arc Fernandes Maniçoba Chouriço, José Eduardo Matos, Pedro Manuel Dias Louro e Ana Cristina Pocinho. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** Maria Eugénia Saraiva Ferreira da Gama e Silva. -----

----- **Do Centro Democrático Social: Partido Popular (CDS-PP):** Vítor Carlos Teles Fernandes e Frederico Sapage Lemos Mira Pereira. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** Margarida Antónia Antunes Barata e Ana Júlia Ganço Filipe. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra. -----

----- **Do Partido “Pessoas-Animais-Natureza” (PAN):** António Morgado Valente. ---

----- Faltaram à sessão os seguintes Membros: -----

----- Anabela Martins Ferreira da Silva Valente Pires (PS), que justificou a sua ausência e foi substituída por Maria Luísa Carvalho. -----

----- Maria Lúcia Mittermayer Madureira Borges Leitão (PSD), que não justificou a sua ausência e foi substituída por Damião Martins de Castro. -----

----- José Manuel Cal Gonçalves (PSD), que justificou a sua ausência e foi substituído por Paula Castela. -----

----- Ana Gabriela Naré Morais Freire (PS), que justificou a sua ausência e foi substituída por Paulo Matos. -----

----- Carla Cristina Barreto Madeira Silva (PS), que justificou a sua ausência e foi substituída por André Roma.-----

----- O Executivo da Junta esteve representado pela Senhora Presidente da Junta – Margarida Cármen Nazaré Martins, Secretário – Vítor Manuel da Cruz Carvalho, Tesoureiro – Jorge Manuel Lavaredas Francisco, Vogal – André de Jesus Gomes, Vogal – Joaquim Maria Prada, Vogal – António José Serzedelo da Silva Marques.-----

----- Faltaram à sessão os seguintes membros do Executivo:-----

----- Vogal Maria Adélia Pinto Caixinha, que justificou a sua ausência por motivos de saúde inesperados.-----

----- **Membro José Eduardo Matos (PS)** informou a restante assembleia de que a Senhora Presidente da Assembleia não tinha podido comparecer por motivos de saúde e que, dada a renúncia ao presente mandato do Primeiro e do Segundo secretários, respetivamente, Maria José de Matos e Maria Manuela Gonçalves, lhe tinha cabido, oficiosamente, substituir a Senhora Presidente da Assembleia no início da sessão.-----

----- Sobre esta situação, comunicou que, de acordo com os termos do nº3 do artigo 18º do segundo capítulo do Regimento da Assembleia de Freguesia e do art.10º da Lei 169/99, na ausência simultânea de todos ou da maioria dos membros da mesa, a Assembleia de Freguesia elegia, por voto secreto, de entre os membros presentes, o número necessário de elementos para integrar a mesa que ia presidir à reunião.-----

----- Lembrando que já se encontra consagrado na ordem de trabalhos a eleição do Primeiro e Segundo Secretários, propôs à Assembleia que se procedesse à eleição de um membro para presidir e dar início aos trabalhos, sendo que, posteriormente, se elegeriam, para o resto do mandato, o Primeiro e o Segundo Secretários, tal como se encontrava exposto na ordem de trabalhos.-----

----- Sendo que o elemento indicado pelo Partido Socialista para presidir e dar início à Assembleia era o próprio, afirmou que se iria proceder à votação por voto secreto. Lembrou ainda que se mais algum partido quisesse apresentar uma outra pessoa para o referido cargo, seriam votadas todas as listas.-----

----- Não tendo mais nenhum partido político apresentado qualquer candidato, procedeu-se à votação por voto secreto em urna efetuada pelos membros da Assembleia presentes.-----

----- Em seguida, procedeu-se à contagem dos votos, tendo o membro José Eduardo Matos sido **eleito para Presidente da presente Assembleia de Freguesia, por maioria**, com 12 votos a favor, 4 abstenções e 1 voto nulo.-----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia**, dadas as circunstâncias excecionais da presente Assembleia, pediu a compreensão dos membros da Assembleia no sentido de se alterar a ordem de trabalhos, de forma a que a mesma tivesse início no Ponto 4 – Tomada de posse dos novos membros à Assembleia de Freguesia, seguido do Ponto 5 – Eleição dos novos membros da Mesa da Assembleia de Freguesia. Explicou que aqueles membros iriam acompanhá-lo durante a presente reunião e que continuariam em plenas funções enquanto primeiro e segundo secretários em futuras Assembleias, tal como constava na ordem de trabalhos. Após a Mesa estar constituída, informou que proceder-se-ia ao normal funcionamento da Assembleia.-----

[Handwritten signature and initials]

----- Seguidamente, submeteu à votação a proposta tendo a Assembleia deliberado aprovar, por unanimidade. -----

----- **Ponto 4 - Tomada de posse dos novos membros à Assembleia de Freguesia** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, dando seguimento à proposta aprovada, chamou Ana Cristina Pocinho e André Roma para tomarem posse como membros da Assembleia. -----

----- **Ponto 5 - Eleição de novos membros da mesa da Assembleia de Freguesia** -----

----- Seguidamente, procedeu-se à eleição do Primeiro Secretário e do Segundo Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia de Arroios. Para ocupar o cargo de Primeiro Secretário foi indicado o membro da Assembleia Pedro Manuel Dias Louro (PS) que foi eleito, por maioria, com 10 votos a favor, 6 abstenções e 1 voto contra. Para ocupar o cargo de Segundo Secretário foi indicado o membro da Assembleia Ana Cristina Pocinho (PS) que foi eleito, por maioria, com 10 votos a favor, 6 abstenções e 1 contra. -----

----- Às vinte horas e trinta e sete minutos, constatada a existência de *quórum*, o Senhor Presidente da Assembleia retomou a normal ordem de trabalhos. -----

----- **Ponto 1 – Intervenção do público** -----

----- **Freguês Vítor Manuel Alves Rodrigues** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Muito boa noite a todos, Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, Senhores Secretários, Senhora Presidente do Executivo, Senhores Membros do Executivo.* -----

----- *Eu gostaria de, em primeiro lugar, expressar a minha satisfação pelo momento que acabamos de ter; foi exatamente uma ação concreta do exercício da democracia. Temos que nos congratular por esta situação porque correu com a maior normalidade e eu sinto-me satisfeito com isso.* -----

----- *O que me traz aqui hoje, é, mais uma vez, Senhora Presidente do Executivo, o transporte na Rua Damasceno Monteiro. Já não é a primeira vez que um grupo de cidadãos se interessou para que haja um transporte na Rua Damasceno Monteiro. A Rua Damasceno Monteiro tem, como sabem, à volta de setecentos, oitocentos metros. A sua população é maioritariamente envelhecida. Um grupo de cidadãos, aqui há já algum tempo, há meses, ou talvez há um ano, um ano e tal, organizou um abaixo-assinado que recolheu trezentas assinaturas na altura, para que de facto haja um transporte, um minibus de transporte da Carris, no sentido ascendente. É evidente que não se pretende um autocarro muito grande; pretende-se um minibus que ajude aquela gente a levar os seus sacos e a fazer aquele transporte naquela rua.* -----

----- *Essa comissão teve reuniões na Câmara Municipal de Lisboa, teve, inclusivamente, uma participação na Assembleia Municipal e já foi levantado aqui o problema na Assembleia de Freguesia.* -----

----- *O que é que se pretende? É exatamente aquilo que acabei de dizer. É um miniautocarro no sentido ascendente. E que de facto, quer dizer, eu creio que na altura, os membros do Executivo ficaram sensibilizados para este problema e de facto, a minha pergunta é só esta: qual é o ponto da situação? Porque de facto, quer dizer, se estamos aqui para resolver os problemas da população e de facto é uma população... são nossos concidadãos que têm que subir... A maior parte, se calhar, anda tudo de*

automóvel e no seu automóvel particular, mas aquela gente não tem essa possibilidade. Portanto, quer dizer, estamos aqui a resolver um problema social, que eu acho que era do maior interesse resolvê-lo. Muito Obrigado.” -----

----- Freguês Frederico Guerreiro fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa noite ao Auditório, muito boa noite à Mesa da Assembleia e muito boa noite à mesa do Executivo da Junta de Freguesia de Arroios.-----

----- Eu, na condição de munícipe, venho a esta Assembleia, na data de vinte e nove de abril de dois mil e dezanove, alertar a Senhora Presidente Margarida Martins e os seus restantes membros de Executivo para o problema grave da falta de toponímia nas Escadinhas da Barroca. Eu vou repetir. Escadinhas da Barroca, para quem não conhece, e são muitos os presentes neste auditório que continuam a não conhecer esta Freguesia, há um cruzamento, concretamente da Travessa de Santana, que liga às Escadinhas da Barroca, que não tem placa de identificação.-----

----- Portanto, o que é que acontece? As pessoas andam ali perdidas para a frente e para trás na Travessa de Santana. Vou repetir para que não haja qualquer dúvida. Travessa de Santana, junto ao número vinte e dois, tem o início das Escadinhas da Barroca, que termina no Largo de São Domingos; é território da Freguesia de Arroios. E eu agradeço a quem tem direito e poder político de decisão que tome medidas para que a placa de identificação seja uma realidade nesta Freguesia e na cidade de Lisboa. Porque tudo aquilo que se faça, no conjunto das vinte e quatro juntas de freguesia, deve ser para a cidade. -----

----- Mais ainda, alerta para o mesmo problema de toponímia na Calçada do Garcia. Vou repetir outra vez para que não haja dúvidas. Calçada do Garcia, junto ao número dezasseis, existe um painel de toponímia em cerâmica, que está em risco de queda permanente. Já caíram vários elementos, ou seja, várias peças. Se nada for feito, vamos perder aquele elemento que é tão importante, que identifica a Calçada do Garcia, que também é território da Freguesia de Arroios. Para quem não conhece, portanto, passam agora a ter conhecimento, através aqui do munícipe Frederico Guerreiro, que uma parte da Calçada do Garcia é território da Freguesia de Arroios. -----

----- Passando agora para as Escadinhas da Porta do Carro, que teve uma intervenção de reabilitação, e bem, na sua escadaria, executada pela Junta de Freguesia de Arroios, desejo felicitar o Executivo pelo bom projeto que está ali. Só que há um problema. É que o empreiteiro contratado pela Junta de Freguesia esqueceu-se de retirar os lixos de obra. Então, está lá uma montanha enorme de pedra na via pública que, para quem tem pouca mobilidade, é outro problema que nasceu ali. Porque as pessoas estão a cair precisamente na montanha de pedras e pedregulhos que o empreiteiro abandonou em plena via pública. Portanto, eu solicito ao Executivo, pela pessoa da Senhora Presidente Margarida Martins, que tome medidas o mais urgente possível, que num prazo de quarenta e oito horas seja retirado aquele lixo de obra que nasceu em via pública, nas Escadinhas da Porta do Carro. -----

----- Para concluir a minha intervenção na condição de munícipe, desejo perguntar ao Executivo da Junta de Freguesia de Arroios, através da pessoa da Senhora Presidente Margarida Martins, se já há data prevista para a reabertura dos sanitários públicos da Rua Antero de Quental. Também sei que os presentes e os eleitos desconhecem que

aqueles sanitários foram fechados pelo empreiteiro de construção civil, sem um conhecimento prévio da Junta de Freguesia. Portanto, o pessoal chega lá numa manhã maravilhosa e toca de construir um tapume que impediu a abertura normal da mesma instalação sanitária. Portanto, atendendo a que a obra está a poucos dias de ser concluída, e já foi retirado uma parte do tapume que impedia o acesso do pessoal da Junta de Freguesia às mesmas instalações, eu pergunto mais uma vez à Senhora Presidente e ao seu Executivo se já têm data prevista para a reabertura daquelas instalações que são tão importantes para toda a cidade e população. Seja ela nacional, ou seja, ela estrangeira.-----

----- Para concluir, desejo dizer à Senhora Presidente que ao fim de muitos de anos de luta minha, portanto, a Senhora Presidente ouviu, e teve início mais uma vez obras de intervenção no Jardim Campo Mártires da Pátria. Para todos os presentes que não conheceram aquele pavimento de rua no mesmo Jardim Campo Mártires da Pátria, portanto, eu quero aqui dizer que era em material de alcatrão, do qual eu, já na antiga Junta de Freguesia extinta em 2013 pela reforma administrativa, lutei. E diziam sempre que eu era louco, porque o que ficava bem ali era realmente o alcatrão e não havia condições para um novo pavimento em calçada portuguesa. Foi através do Executivo da Senhora Presidente Margarida Martins que nasce, precisamente, o novo pavimento em calçada portuguesa. Só que apenas calçada portuguesa, ficava ali um espaço demasiadamente vazio. E eu alertei e lutei também para que nascesse calçada artística.

----- Os trabalhos estão em execução, convido todas as várias bancadas com assento partidário nesta Assembleia de Freguesia para visitarem o Jardim Campo Mártires da Pátria e para verem as pequenas obras de arte em calçada portuguesa que estão a nascer há vários dias. Vale a pena as pessoas irem, realmente agora, ao Jardim Campo Mártires da Pátria que está muito bonito com aquela calçada portuguesa artística.-----

----- Espero que realmente os restantes problemas que eu apresentei aqui nesta Assembleia, tenham uma solução o mais rápido possível.-----

----- Boa noite. Obrigado.”-----

Freguês José Silva fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa noite. -----

Gostaria, em primeiro lugar, de saudar o Senhor Presidente em exercício, assim como os outros membros da mesa do Secretariado, a Presidente do Executivo, o restante Executivo, os membros de todos os grupos que estão representados na Junta de Freguesia, os funcionários e ainda o público que está presente.-----

----- Bom, vão me dizer que eu volto a falar da mesma coisa, que é o antigo circuito da Pena e para já faço um pequeno elogio. Foi feito lá qualquer coisa. Foi feito lá qualquer coisa, foram colocados uns pilares, uns blocos de cimento e que depois foi colocado uma chapa de metal para cobrir. Todavia, aquilo não é suficiente. Portanto, há um elogio, mas deve-se fazer a crítica. E que críticas é que devem ser feitas e que têm que ser melhoradas?-----

----- Primeira coisa, um circuito que não é sinalizado, não faz sentido nenhum. Um circuito precisa, e eu já ando a falar nisso há anos, não é de hoje, nem de ontem. Alguns dos equipamentos associados não estão corretamente adequados. O número dois não tem nada a dizer a que se refere. Portanto, saltou, não foi colocado, não sei. O

número cinco refere um espaço inclinado para a pessoa fazer flexões, eu pergunto que espaço ali é que se pode fazer flexões. Portanto, o equipamento não está completo. -----

----- Depois, há um conjunto de equipamentos que estão junto à Embaixada da Alemanha e esse conjunto de equipamentos que está em frente à Embaixada da Alemanha pecam por uma coisa. Um deles, aquele que tem dois pedais, tem um pedal para os membros superiores, outro para os membros inferiores e eu, no princípio de março, enviei um email para o portal da Junta de Freguesia dizendo que precisava de ser apertado o mais cedo possível e não tive nenhuma resposta. Passado uma semana o pedal desapareceu. E não me venham com a história do vandalismo. Não há... E novamente eu mandei um email passado uma semana, voltei a não receber resposta e ainda, passado mais de mês e meio, ainda não foi reposto o mesmo pedal. -----

----- Não me falem em vandalismo, porque as coisas estão lá há anos e não duram. O que acontece é a falta de manutenção e isso é da responsabilidade da Junta. Só a manutenção é que resolve esses problemas, sobretudo quando houve um freguês que avisou e não teve qualquer resposta. E o que acontece é que, se não for feita a manutenção, é óbvio que o pedal cai, um miúdo brinca com aquilo, não é vandalismo. Se fosse vandalismo, destruíam tudo. Portanto, volto a assinalar a importância deste facto e sobretudo, sem a sinalização um circuito de manutenção não faz sentido nenhum. Gastar dinheiro em parte não faz sentido nenhum. -----

----- Bom, como estamos a falar em jardins, eu gostaria de falar de mais dois aqui na Freguesia. Um deles é o Cesário Verde. Fez-se aquela obra no Jardim, penso que Anselmo qualquer coisa, agora não me recordo o nome, que é o do Campo Mártires da Pátria, ou do Campo Santana e o que é que acontece? Vamos ver o Cesário Verde. O Cesário Verde tem imensos buracos, tem altos e baixos com esses buracos e isso é extremamente perigoso, dado que pessoas idosas passam ali, ainda por cima, como aquilo é tudo às curvas as pessoas podem cair. Portanto, alerta que não é só fazer obras num lado. E aquele ali, provavelmente só cobrir mesmo que seja com asfalto, provavelmente melhora as condições. -----

----- Outro exemplo, que eu sei que não é da responsabilidade direta do Executivo, mas indiretamente, se calhar, podem pressionar, que é o Jardim Constantino. Aquele quiosque que estava lá, era um quiosque que estava ocupado e neste momento está desocupado, com todo um conjunto de vandalismo, aí sim que está a acontecer. Eu não sei se a Junta não pode pressionar a Câmara para que o espaço seja arrendado, ou se a Junta não tem uma proposta para transformar aquele equipamento em qualquer coisa. Isto não é estar contra os sem-abrigo, mas aquilo está a ser um espaço ocupado pelos sem-abrigo e com todos os problemas associados. E é um espaço central e é um dos espaços bonitos da nossa Freguesia. -----

----- Passando agora para outro lado, já que estamos ainda nesse mesmo lado, e em frente ao Jardim Constantino é a questão do posto da polícia. Eu gostaria de saber se já há novidades, porque termos um posto da polícia assim nas horas de serviço, talvez não seja o mais importante. E eu acho que se a Junta de Freguesia não tem um posto de polícia, não tem nenhum sitiado aqui, é bom lembrar que foram fechados vários nas freguesias que são contíguas. Eu dou exemplos, eu lembro-me do Arco do Cego,

lembro-me do Alto de São João, etc. Há peso político para tentar convencer e demover as autoridades para repor esse posto, num horário normal. -----

----- Esse é o aspeto que eu acho que é importante falar e boa noite.”-----

----- Freguesa Gilda Silva fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa noite. -----

----- Eu estou surpresa e é a primeira vez que venho a uma coisa destas e realmente, colocar-me aqui deste lado a falar para todos, é muita pressão, mas pronto. -----

----- Muito boa noite. Quero saudar os membros da Assembleia, a Presidente do Executivo da Junta de Freguesia e os membros da Assembleia da Junta de Freguesia também, os funcionários e o público em geral.-----

----- Portanto, o que é que me traz aqui. Eu sou a Presidente do Clube Desportivo Escolar Camões, que tem a sua sede no antigo Liceu Camões e hoje Escola Secundária de Camões. Portanto, o que é que eu venho aqui fazer? Eu venho, em primeiro lugar, saudar a Junta de Freguesia, que tem sido um grande parceiro nosso, que nos tem ajudado imenso, que sem essa ajuda o nosso clube não conseguia ter a sua manutenção. Não sei se sabem que o nosso clube existe desde mil novecentos e oitenta e seis; foi criado por duas professoras daquela escola e daí nós, a nossa sede no fundo e as nossas instalações serem a Escola Secundária de Camões. -----

----- Acontece que essas professoras já se aposentaram e, portanto, o clube agora está um bocadinho..., portanto, sofre um bocadinho, porque não tem já nenhuma representação da Escola. Neste momento estamos a braços com o problema das obras da escola, porque o clube vai ficar sem instalações. Instalações desportivas e até, inclusive, instalações para a nossa sede, digamos assim, o nosso espaço onde todos nós funcionamos.-----

----- Acontece que o clube tem, nestes anos todos, estado ligado no fundo ao desporto e, nomeadamente, ao andebol, portanto, apoiando e ocupando as crianças e os jovens desta Freguesia e de outras também, mas, fundamentalmente, desta Freguesia.-----

----- O que é que eu venho aqui fazer? Sensibilizá-los, sensibilizar a Assembleia e, portanto, a Junta também, para os condicionalismos criados pelas obras e pela necessidade de termos um espaço. Um espaço desportivo e, como também é do conhecimento da Junta de Freguesia, nós não temos monetariamente grandes recursos financeiros porque no fundo, se nós não tivermos apoios para criar um novo espaço, este clube vai acabar nesta Freguesia. -----

----- Um clube com muitos anos, com grande sacrifício de todos os técnicos, dos dirigentes, dos pais, etc. E venho aqui tentar encontrar uma solução temporária, porque o clube não tem condições financeiras para poder continuar e alugar espaços, como é óbvio. Portanto, perante estes factos venho solicitar a vossa ajuda, pois pode estar muito em causa a continuidade do clube nesta Freguesia. -----

----- E pronto, era no fundo isto que eu gostaria de trazer aqui a esta Assembleia e peço desculpa por este meu ar que é a primeira vez e fiquei muito admirada como é que estas coisas se fazem aqui.-----

Muito boa noite e até a uma próxima.”-----

----- O Tesoureiro do Executivo Jorge Lavaredas, após congratular o papel do recém eleito Presidente da Assembleia, começou por responder ao Freguês Vítor

Rodrigues que, dado que a matéria da carreira na Damasceno Monteiro ser uma matéria já de há muitos anos (quer nos quatro anos do mandato anterior, quer já naquele mandato), tinham havido intensas solicitações junto da Carris e também junto da Câmara Municipal de Lisboa, que tinha a tutela da Carris, no sentido de ser reforçada a oferta de transporte público daquela zona. -----

----- Informou ainda que tinha sido dito e acordado pela Câmara Municipal de Lisboa, que, ainda no presente ano, entrava em funcionamento a carreira de bairro de Arroios, no sentido de ser dada resposta à aspiração que todos os moradores tinham.-----

----- Ainda sobre esta questão, reforçou que fora recentemente pedida mais uma vez uma reunião com o Senhor Vereador da Mobilidade para se esclarecer quando era que a carreira de bairro iniciaria a sua operação em Arroios, o que se esperava que acontecesse rapidamente e ainda no presente ano. Sobre as questões colocadas pelo Freguês Frederico Guerreiro, mais concretamente sobre a falta de toponímia, quer na Travessa de Santana, quer na Calçada de Garcia, confirmou que de facto havia falta de toponímia na Travessa de Santana. -----

----- No que toca à questão das Escadinhas da Porta do Carro, fez-se nota de que os serviços da Junta já tinham detetado a existência de resíduos de obra no local e que, portanto, esses resíduos iriam ser retirados de forma imediata. Nesse sentido, esperava-se poder cumprir o prazo proposto pelo Freguês Frederico Guerreiro. -----

----- Relativamente à questão do Campo Mártires da Pátria, referiu que tinha havido, de facto, uma intervenção feliz, e que já era devida, naquele jardim, no sentido de se repor um pavimento que fosse confortável, seguro, que respeitasse uma tradição portuguesa e que tivesse alguns elementos de calçada artística também.-----

----- Em relação à questão colocada pelo Freguês José Silva, relativamente ao porquê de não se fazer uma intervenção do mesmo género no Jardim Cesário Verde, o Tesoureiro do Executivo garantiu que essa intervenção teria lugar ainda no presente ano e que, para isso, seriam aprovadas na próxima Assembleia as minutas dos Contratos de Delegação de Competências, assinados entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Arroios. Lembrou também que esta intervenção não seria minimalista, mas sim uma intervenção geral no sentido de se fazer um pavimento com características funcionais, idênticas àquelas que tinham sido feitas no Jardim Campo Mártires da Pátria. -----

----- Continuando as questões colocadas pelo Freguês José Silva, tomou nota das deficiências que existiam no circuito de manutenção e, portanto, referiu que iriam procurar retificar as mesmas. -----

----- Relativamente à questão do Jardim Constantino, informou que esse quiosque era explorado pela Junta de Freguesia e que, dado que a entidade anterior que explorava o quiosque tinha saído, iria ser aberto um concurso público para que quem tivesse interesse pudesse concorrer à exploração daquele quiosque. Sobre esta situação, o Tesoureiro do Executivo lembrou que os procedimentos na Administração Pública tinham regras de transparência e de concorrência, pelo que o concurso estava a ser amplamente divulgado pelos meios da junta e, portanto, que todos os interessados poderiam concorrer dentro do prazo que estava estabelecido. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta Margarida Martins**, referindo-se à reabertura dos sanitários da Rua Antero de Quental, disse que a obra estava a acabar e que só quando a obra acabasse seria possível abrir os sanitários ao público. Informou ainda que a equipa da Junta de Freguesia de Arroios estava completamente atenta a essa situação.

----- Sobre o concurso público no Jardim Constantino, lembrou que todos os quiosques que existiam na freguesia tinham passado por concursos públicos e que esse processo era demorado.-----

----- Sobre o Clube Escolar Camões, afirmou que o Executivo estava atento e reforçou a importância do apoio que era dado pelo mesmo às centenas de crianças e jovens na freguesia, e não só. Afirmou ter conhecimento de que a Escola Secundária Camões iria entrar em obras e que, por isso, o espaço ocupado pelo Clube seria convertido num estaleiro de obras. Neste sentido, a Senhora Presidente da Junta assegurou que iria haver uma reunião com a Câmara Municipal de Lisboa e com o IPDJ para sensibilizar as referidas entidades para esta questão. No entanto, lembrou que Arroios não tinha muito espaço público para aquele tipo de situações, pelo que se teria que ver com as entidades, quem é que poderia ajudar a resolver o problema.-----

----- **Vogal do Executivo André Gomes**, respondeu ao Freguês José Silva sobre a questão do posto de polícia. Neste sentido, esclareceu que a Junta de Freguesia de Arroios pretendia que ficasse ali instalada [no Jardim Constantino] uma esquadra e que se tinha tentado que assim fosse, quer junto da Câmara, quer junto do Governo. No entanto, referiu a existência de algumas dúvidas em relação a esta situação, dado que a PSP não estava muito vocacionada para abrir, nessa zona, uma esquadra desse tipo, ou seja, com cerca de trinta homens. Lembrou que a esquadra que existia era um posto de atendimento que dependia da primeira Divisão na Rua da Palma. Para finalizar, afirmou que, no que diz respeito à Junta, existia vontade para que a esquadra em questão fosse uma esquadra a sério, mas que, porém, caberia ao Ministério da Administração definir que tipo de esquadra seria, o que impossibilitava um esclarecimento mais definitivo acerca desta questão.-----

----- **Ponto 2 – Período antes da ordem do dia**-----

----- **Membro Frederico Sapage (CDS-PP)**, disse que o CDS-PP apresentava uma recomendação relativa à intervenção na placa de homenagem ao embaixador Carlos Sampaio Garrido, sito no Largo de Santa Bárbara.-----

----- Apresentou o seguinte documento:-----

“----- **Recomendação**-----

-----**Intervenção na placa de homenagem ao Embaixador Carlos Sampaio**-----

-----**Garrido, Largo de Santa Bárbara**-----

----- **Considerando que:**-----

----- *Em 27 de Janeiro de 2012, foi inaugurada a placa de homenagem ao Embaixador Carlos Sampaio Garrido, no âmbito do dia Internacional de memória do Holocausto;*-----

----- *Que Carlos Sampaio Garrido foi Embaixador de Portugal em Budapeste em 1944, tendo recebido a título póstumo pelo YAD VASHEM – Autoridade Nacional para a Memória dos Mártires e Heróis do Holocausto criada pelo Estado de Israel, a medalha de “Justo entre as Nações” pela sua ação de proteção e salvamento de centenas de judeus húngaros;*-----

----- *Que a referida placa de homenagem e respetiva coluna escultórica se encontra vandalizada, mal conservada e em visível estado de abandono e falta de conservação; -*

----- *Que cabe a Junta de Freguesia a preservação do seu património cultural evitando votar ao abandono os seus símbolos culturais e civilizacionais; -----*

----- *Neste sentido os eleitos do CDS-PP, na sessão ordinária reunida a 29 de Abril de 2019, propõem à Assembleia de Freguesia de Arroios que delibere, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 9º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na redação em vigor, recomendar à Junta de Freguesia que: -----*

----- *Com a maior brevidade possível, proceda à urgente intervenção na placa de Homenagem ao Embaixador Carlos Sampaio Garrido e respetiva coluna escultórica que se encontra no Largo de Santa Bárbara, procedendo à respetiva limpeza e preservação, assim se dignificando o símbolo e os valores civilizacionais que a mesma representa. -----*

----- *Lisboa, 29 de Abril de 2019, -----*

----- *Os eleitos do CDS-PP, Frederico Sapage Pereira, Vítor Teles.” -----*

----- *Continuando, afirmou que o CDS-PP queria fazer uma adenda a esta recomendação, que iria fazer chegar junto da Mesa. -----*

----- *Assim, a par da intervenção da escultura e da sua preservação, afirmou que o CDS-PP também recomendava à Junta de Freguesia de Arroios que, a par com a preservação da memória das vítimas do Holocausto ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial, fossem realizadas ações de sensibilização, junto das escolas e sobre a tutela da Junta de Freguesia, para que as novas gerações não se esquecessem daquilo que tinha acontecido. -----*

----- *Sobre este aspeto, lembrou que, enquanto judeu, esta adenda lhe tocava particularmente e por isso reforçou que era importante que esta recomendação fosse para a frente e que se sensibilizassem as crianças relativamente ao que se passou. -----*

----- *Seguidamente, disse que o CDS-PP apresentava uma segunda recomendação que visava a informação sobre o processo de voto nas eleições para o Parlamento Europeu, dois mil e dezanove. -----*

----- *Apresentou o seguinte documento:-----*

----- *“-----Recomendação -----*

----- *-Informação sobre o processo de voto nas eleições para o Parlamento Europeu, 2019*

----- *Considerando que: -----*

----- *No dia 26 de Maio próximo realiza-se o ato eleitoral para o Parlamento Europeu, que irá eleger 21 deputados representantes de Portugal; -----*

----- *Os atos eleitorais anteriores foram marcados por uma elevada abstenção, distanciando os eleitores de decisões essenciais para o futuro do País; -----*

----- *O próximo ato será marcado por uma alteração profunda na organização e constituição das secções de voto, desde logo pela abolição do número de eleitor e que levará à mudança dos habituais locais de voto para muitos eleitores, o que poderá criar confusão e gerar situações de desistência do direito de votar quando se trate de pessoas idosas ou com mobilidade reduzida e em que existe uma alteração, a título de exemplo, de secção de voto para outro edifício que não o habitual; -----*

----- Está prevista a divisão de eleitores pelo nome, fator esse que criará maior dificuldade neste primeiro ato eleitoral; -----

----- Importa que as Juntas de Freguesia, responsáveis pelo processo eleitoral decidam, atempadamente, a distribuição dos eleitores pelas secções de voto, procedendo a uma ampla divulgação e esclarecimento público das respetivas alterações e locais. -----

----- Neste sentido os eleitos do CDS-PP, na sessão ordinária reunida a 29 de Abril de 2019, propõem à Assembleia de Freguesia de Arroios que delibere, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 9º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na redação em vigor, recomendar à Junta de Freguesia que: -----

----- 1. Com a maior brevidade possível, proceda à distribuição dos eleitores da freguesia por secções de voto; -----

----- 2. Posteriormente, elabore um folheto informativo e cartazes com a respetiva distribuição por secções de voto e locais, bem como, o esclarecimento sobre as alterações introduzidas no processo; -----

----- 3. A campanha de informação e sensibilização seja realizada através dos locais de estilo, dos edifícios e serviços públicos e distribuição nas caixas de correio residenciais e comerciais, bem como nas redes sociais e sítio da internet da freguesia; -----

----- 4. Encete contactos com o Município de Lisboa para alargar a campanha aos equipamentos municipais e, se possível, coordenada com a Comissão Nacional de Eleições. -----

----- Lisboa, 29 de Abril de 2019, -----

----- Os eleitos do CDS-PP, Frederico Sapage Pereira, Vítor Teles.” -----

----- Após a apresentação das recomendações do CDS-PP, o Membro Frederico Sapage fez uma recomendação a título pessoal, para que na próxima Assembleia fosse utilizado um púlpito que não mexesse. -----

----- Membro Vítor Teles (CDS-PP), afirmou que o CDS-PP trazia mais duas recomendações, sendo a primeira relativa à intervenção no passeio de acesso à nova Loja do Cidadão, na Rua Engenheiro Vieira da Silva, no Mercado 31 de Janeiro. -----

----- Apresentou o seguinte documento: -----

“----- **Recomendação** -----

---**Intervenção no passeio de acesso à nova Loja do Cidadão na Rua Eng.º Vieira da -**
-----**Silva - Mercado 31 de Janeiro**-----

----- Considerando que: -----

----- Em data ainda não determinada do mês de Maio próximo, será inaugurada a nova Loja do Cidadão no Mercado 31 de Janeiro; -----

----- Que todo o passeio frontal ao Mercado 31 de Janeiro, na Rua Eng.º Vieira da Silva se encontra num estado péssimo de circulação, com inúmeras supressões e elevações, dificultando a circulação de pessoas, em particular, de pessoas com mobilidade reduzida; -----

Que após a retirada dos tapumes das obras de intervenção naquele local, foram preenchidos com cimento os buracos deixados pela colocação dos tapumes, criando elevações no passeio e conseqüentemente novos obstáculos às acessibilidades; -----

----- *Que pretende esta Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Lisboa que a nova Loja do Cidadão, seja o “espelho” da modernidade na Cidade;*-----

----- *Que a atual estado do passeio frontal ao Mercado 31 de Janeiro onde vai ser inaugurada a nova Loja do Cidadão constitui um exemplo acabado entre o PIOR e o MELHOR que a freguesia tem para oferecer;*-----

----- *Importa que a Junta de Freguesia, antes da inauguração da referida Loja do Cidadão, intervencione o passeio frontal ao Mercado 31 de Janeiro na Rua Eng.º Vieira da Silva no sentido de suprimir as barreiras de acessibilidade ali existentes, bem como, que o mesmo seja reparado e modernizado, de forma a acompanhar a enorme transformação que a respetiva área irá sofrer com a inauguração da Loja do Cidadão.*

----- *Neste sentido os eleitos do CDS-PP, na sessão ordinária reunida a 29 de Abril de 2019, propõem à Assembleia de Freguesia de Arroios que delibere, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 9º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na redação em vigor, recomendar à Junta de Freguesia que:*-----

----- *Com a maior brevidade possível, proceda à urgente intervenção no passeio frontal ao Mercado 31 de Janeiro na Rua Eng.º Vieira da Silva, suprimindo as barreiras de acessibilidade ali existentes, proceda à reparação e modernização de todo o passeio frontal, tendo em conta a inauguração no próximo mês de Maio naquele local da nova Loja do Cidadão.*-----

----- *Lisboa, 29 de Abril de 2019,*-----

----- *Os eleitos do CDS-PP, Frederico Sapage Pereira, Vítor Teles.”*-----

----- *A segunda recomendação visou o Dia Internacional de luta contra a homofobia e transfobia, no sentido de se assinalar esse dia na Junta de Freguesia.*

----- *Apresentou o seguinte documento:*-----

----- *“-----**Recomendação**-----*

----- ***Dia Internacional de luta contra a homofobia e transfobia**-----*

----- *Considerando que:*-----

----- *No próximo dia 17 de Maio se assinala uma vez mais o dia internacional de luta contra a homofobia e transfobia;*-----

----- *Que esta efeméride celebra-se a 17 de Maio por ter sido nesse dia em 1990 que se retirou a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde (OMS);*-----

----- *Que se pretende ao dia 17 de Maio de cada ano alertar para a consciencialização civil para a discriminação das pessoas homossexuais, transexuais e transgéneros;*-----

----- *Que nessa data realizam-se internacionalmente eventos tendo em vista obter apoio para o respeito dos direitos dos homossexuais e de lésbicas de todo o Mundo;*-----

----- *Que a Junta de Freguesia de Arroios foi pioneira na concretização no passado mês de Março de 2019 dos projetos “Centro de Referência LGBTI” e “Casa da Diversidade”, com o objetivo fundamental de criação de uma rede de serviços de informação e atendimento específicos para vítimas de discriminação e violência com base na orientação sexual e/ou identidade de género e características sexuais, iniciativa de que os eleitos do CDS congratulam o executivo;*-----

----- *Que a Freguesia de Arroios é um lugar de todos e para todos, e sobretudo um LUGAR DE INCLUSÃO;*-----

----- Neste sentido os eleitos do CDS-PP, na sessão ordinária reunida a 29 de Abril de 2019, propõem à Assembleia de Freguesia de Arroios que delibere, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 9º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na redação em vigor, recomendar à Junta de Freguesia que: -----

----- Assinale o dia internacional de luta contra a Homofobia e Transexualidade no próximo dia 17 de Maio, com a colocação de PASSADEIRAS ARCO IRIS, na Avenida Almirante Reis em frente dos sinais luminosos para passagem de peões junto aos números 1 e 13 da referida Avenida.-----

----- Lisboa, 29 de Abril de 2019, -----

----- Os eleitos do CDS-PP, Frederico Sapage Pereira, Vitor Teles.-----

----- O Membro Damião de Castro (PSD), começou por evidenciar a Freguesia Gilda Silva, ilustre professora do Liceu Camões, pelo tema que tinha trazido. Reiterou a importância do tema exposto pela mesma, no sentido da Freguesia e da população se debruçarem sobre ele para honrar a escola, que tinha sido e era uma celeberrima casa, onde muitos dos portugueses que estavam ao mais alto nível no mundo - como era o caso do Engenheiro Guterres – tinham passado, estudado e crescido.

----- Prosseguindo a sua intervenção, louvou os trabalhos que estavam a ser desenvolvidos no Mercado 31 de Janeiro e naquilo que iria ser a futura Loja do Cidadão. Apesar de considerar que a pintura que já se podia ver denotava bom gosto, estava bem inserida no meio ambiente e era de louvar, considerou também que contrastava violentamente com a cor dum pavilhão que tinham feito no topo do Mercado, cuja arquitetura, por si só, considerou ser pouco feliz. Sobre este aspeto, acrescentou que tinha recebido muitas opiniões de pessoas que moravam ali, dizendo que aquela cor do pavilhão era chocante.-----

----- Neste sentido, apelou ao Senhor Presidente da Assembleia e à Senhora Presidente do Executivo que fizessem valer a sua influência junta da Câmara Municipal para que o arquiteto que tinha escolhido uma cor, escolhesse também a outra.

----- Membro Pedro Louro (PS), apresentou uma moção comemorativa dos quarenta e cinco anos da Revolução de Abril.-----

----- Apresentou o seguinte documento:-----

-----Moção-----

-----Comemorativa dos “45 Anos da Revolução de Abril”-----

----- Os Eleitos do P.S. na Assembleia de Freguesia de Arroios congratulam-se pelos 45 anos da Revolução do 25 de Abril de 1974 e pretendem juntar-se às comemorações oficiais desta data tão simbólica da nossa vida coletiva.-----

----- Efetivamente cumprem-se neste ano de 2019 quarenta e cinco anos em que corajosos jovens capitães, decidiram pôr termo a quase cinco décadas de ditadura e de Estado Novo.-----

----- Esta data foi o culminar de uma luta de longos, tortuosos e magoados 48 anos, que o Movimento das Forças Armadas interpretando o sentimento profundo do Povo Português resolveu corajosamente terminar com o “Estado a que isto chegou”, como o disse o Herói tranquilo de Abril Capitão Salgueiro Maia; dado assim resposta à ansia geral pelas liberdades cívicas, pela democracia, pelo desenvolvimento e descolonização: os 3 famosos D’s de Abril.-----

----- O Estado a que isto tinha chegado estava patente na repressão brutal, através da Pide e da Censura, quer do livre pensamento, quer da liberdade de expressão e opinião, na opressão social sobre as mulheres e as minorias, na miséria e fome, no País Real que fugia a salto para a imigração, na guerra colonial que oprimia não só as colónias como também ceifava milhares de vidas, deixando tantos outros incapacitados e viúvas. -----

----- A todo este estado calamitoso de coisas o 25 de Abril respondeu com um rotundo e clamoroso, Não! Como disse Sophia de Mello Breyner "25 de Abril - Esta é a madrugada que eu esperava, O dia inicial inteiro e limpo, Onde emergimos da noite e do silêncio, E livres habitamos a substância do tempo". -----

----- O que é hoje comemorar Abril? Comemorar Abril é defender o Estado Social, na saúde e na educação, lutar contra as alterações climáticas, pugnar pela sustentabilidade e pelos direitos humanos de todos os homens e mulheres, proteger o direito à habitação, o direito a um emprego condigno e não precário. Lutar, em suma, por uma sociedade mais justa, solidária e onde todos tenham oportunidade de concretizar o seu potencial. -----

----- Por isto é urgente comemorar Abril, 45 anos após esta revolução, e manter vivo o seu legado de valores e ideais atualmente, nos nosso desafios e na solução equitativa dos nossos problemas. -----

----- Pelo que face ao supra exposto, os eleitos da bancada do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Arroios, propõem que esta, reunida no dia 29 de Abril de 2019, delibere e aprove: -----

----- 1 – Esta Moção, congratulando o marco histórico levado a cabo pelo Movimento das Forças Armadas que foi a revolução democrática do 25 de Abril. E desta forma associar a Assembleia de Freguesia de Arroios às comemorações oficiais dos seus 45 anos. -----

----- Depois de aprovada, esta moção deverá ser enviada à Assembleia da República, à Assembleia Municipal de Lisboa, à Junta de Freguesia de Arroios e à Associação 25 de Abril. -----

----- Assembleia de Freguesia de Arroios, a 29 de Abril de 2019, -----

----- Os Eleitos do Partido Socialista, José Eduardo Matos, Pedro Dias Louro, André Roma, Joana D'Arc Fernandes Maniçoba Chouriço, Jorge Manuel André Rodrigues, Maria Luísa Carvalho."-----

----- **Membro Jorge Rodrigues (PS)**, apresentou um voto de louvor pela implementação da Lei 112/2017. -----

----- Apresentou o seguinte documento:-----

“-----**Voto de Louvor**-----

-----**Pela Implementação da Lei 112/2017**-----

----- Os eleitos do Partido Socialista apresentam à Assembleia de Freguesia de Arroios, para sua aprovação, um voto de louvor pela célere e satisfatória implementação do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, ao abrigo da lei 112/2017. -----

----- Programa este que abrange trabalhadores das mais diversas áreas e categorias, com importante experiência na administração local, e que diariamente dão o seu melhor para servir os fregueses de Arroios. -----

----- Queremos desta forma, louvar e agradecer o trabalho desenvolvido pelo Executivo da freguesia de Arroios, na pessoa da sua Presidente Margarida Martins, elogiando e reconhecendo igualmente o empenho dos membros da Comissão de Acompanhamento da Integração de Precários, a quem este Executivo mostrou flexibilidade e abertura para ouvir, num processo que culminou com a integração de 68 trabalhadores! -----

----- É oportuno também realçar que o combate à precariedade, já no ano de 2017 consagrado no Plano de Atividades do Executivo de Arroios, contou desde cedo com o apoio das várias forças políticas e, particularizando, do Partido Socialista; na defesa sem reservas da exemplar execução da lei 112/2017. Pois essa foi a nossa ambição, essa foi a nossa determinação, esse foi o nosso compromisso. -----

----- Assembleia de Freguesia de Arroios, a 29 de Abril de 2019, -----

----- Os eleitos do Partido Socialista, José Eduardo Matos, Pedro Dias Louro, André Roma, Joana D'Arc Fernandes Maniçoba Chouriço, Jorge Manuel André Rodrigues, Maria Luísa Carvalho, Paulo Matos.” -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)**, dada a sua ligação ao Clube Escolar Camões, nomeadamente ao andebol, através do seu filho, enalteceu o papel importante do clube, que mexia com muitos jovens de tenras idades e até com pessoas mais velhas, dada a existência do escalão de veteranos. Assim, afirmou que era um clube que merecia todo o apoio, também porque já tinha atingido patamares muito importantes; primeiro com o setor feminino na primeira divisão e mais tarde com o masculino que também já jogava na primeira divisão. -----

----- Neste sentido, era da opinião que a situação do Clube Escolar Camões merecia, do Executivo da Junta, da Assembleia e da população, alguma ação que pudesse minimizar o problema. -----

----- Em seguida, procedeu à apresentação de uma moção referente à saudação ao quadragésimo quinto aniversário da Revolução de Abril. -----

----- Apresentou o seguinte documento:-----

“-----**Saudação**-----

-----**45º Aniversário da Revolução de Abril**-----

----- Em 2019, os trabalhadores e o povo português comemoram o 45º aniversário do 25 de Abril. A Revolução de Abril, realização do povo português, constituiu um dos mais importantes acontecimentos da história de Portugal. -----

----- Culminando uma prolongada e heroica luta, o 25 de Abril pôs fim a 48 anos de fascismo – ditadura que subjogou e oprimiu duramente o povo português –, pôs termo a treze anos de guerras coloniais contra povos que também lutavam pela sua liberdade e pela sua independência. -----

----- Com Abril foi derrotado o obscurantismo, a opressão, o esmagamento das liberdades, a limitação dos direitos fundamentais, a marginalização dos trabalhadores, da juventude, das mulheres e do povo e da vida política. O fascismo era miséria, fome, trabalho infantil, repressão, guerra, ódio, degradantes condições de vida, de saúde e de

habitação, segregacionismo cultural, elitismo, analfabetismo, ensino reservado para uns poucos e condicionado para a grande maioria da população, salário de miséria, subordinação dos interesses do País e do povo aos interesses de uma minoria de grandes monopolistas e latifundiários, alienação do interesse nacional aos interesses do grande capital e do imperialismo.-----

----- *A classe operária, os trabalhadores, as massas populares e os militares progressistas – “Os capitães de Abril” –, unidos na aliança Povo-MFA, foram os protagonistas dos avanços e conquistas democráticas alcançadas, que foram consagrados na Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de Abril de 1976. Comemorar o 45º Aniversário da Revolução de Abril é também comemorar os 45 anos do primeiro 1º de Maio em liberdade. Dia Internacional do Trabalhador, dia de luta, resistência e emancipação para todos os trabalhadores.*-----

----- *Assim, as eleitas do PCP na Assembleia de Freguesia de Arroios propõem que a Assembleia de Freguesia, reunida em sessão ordinária em 29 de Abril de 2019, delibere:*-----

----- *1- Saudar o 45º Aniversário da Revolução de Abril e do primeiro 1º de Maio em Liberdade;*-----

2 – Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações em defesa do emprego de qualidade, da habitação, da saúde, da educação e da escola pública, das reformas e pensões, da segurança social, dos salários, do Serviço Nacional de Saúde, dos serviços públicos de transporte – direitos consagrados na Constituição de Abril;-----

----- *3 – Enviar esta Moção para:*-----

----- *- Presidente da República;*-----

----- *- Presidente da Assembleia da República;*-----

----- *- Grupos Parlamentares da Assembleia da República;*-----

----- *- Primeiro-ministro;*-----

----- *- Associação Conquististas de Abril;*-----

----- *- Associação 25 de Abril;*-----

----- *- CGTP-IN;*-----

----- *- UGT;*-----

----- *Arroios, 29 de Abril de 2019,*-----

----- *As eleitas do Partido Comunista Português, Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda, Ana Luísa Martins Pereira Mirra.”*-----

----- **Membro Ana Mirra (PCP)**, começou a sua intervenção por agradecer a toda a equipa envolvida nos festejos do 25 de Abril, no Campo Mártires da Pátria, nos Dias da Liberdade, que apesar da chuva não tinham desmoralizado.-----

----- Em seguida, passou à leitura de uma moção relativa ao desenvolvimento do transporte coletivo.-----

----- Apresentou o seguinte documento:-----

----- **“-----Moção-----**

----- **Pelo desenvolvimento do transporte coletivo**-----

----- *Depois de anos de luta, o mês de Abril marca o início do alargamento do Passe Social Intermodal a todos os operadores, todas as carreiras, toda a Área Metropolitana de Lisboa, com uma importante redução do preço.*-----

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

----- Este alargamento poder ser visto como um importante marco nos transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa, com o abandono da sua progressiva mercantilização, e uma aposta renovada num serviço público de qualidade. Estamos, sem dúvida, perante o maior avanço nos transportes públicos desde 1976, com uma redução de custos para os utentes, acompanhada de um significativo aumento da mobilidade garantida.-----

----- Um avanço que, como se impõe, deverá potenciar uma opção massiva pelo transporte público, para o que precisa ainda de ser completado com um aumento da oferta, da qualidade e da fiabilidade dos transportes públicos, com um reforço no Investimento público nos transportes públicos.-----

----- Assim, as eleitas do PCP na Assembleia de Freguesia de Arroios propõem que a Assembleia de Freguesia, reunida em sessão ordinária em 29 de Abril de 2019 delibere:-----

----- 1. Saudar todos aqueles que nunca desistiram de lutar pelo Alargamento do Passe Social Intermodal;-----

----- 2. Saudar todos aqueles que participaram no conjunto de decisões que tornaram possível este avanço, nomeadamente: os presidentes e vereadores das 18 Câmaras da Área Metropolitana de Lisboa; os eleitos das Assembleias Municipais dos 18 Municípios; o Secretariado Executivo da Área Metropolitana de Lisboa; aqueles que no Governo e na Assembleia da República, aprovaram e fizeram aplicar o PART – Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos.-----

----- 3. Exigir do Governo a adoção de medidas urgentes para alargar a oferta de transportes públicos na AML:-----

----- 3.1. Que autorize as empresas a contratar os trabalhadores operacionais em falta, aumentando a oferta, acabando com os atrasos na manutenção e repovoando as estações;-----

----- 3.2. Que avance com investimentos na infraestrutura que promova o alargamento da rede de transportes, a modernização da rede ferroviária e a expansão da rede do Metro;-----

----- 3.3. Que concretize a aquisição dos navios necessários, já decidida no OE2019, e que avance para a aquisição do material circulante em falta na CP Lisboa e no Metropolitano.-----

----- Arroios, 29 de Abril de 2019,-----

----- As eleitas do Partido Comunista Português, Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda, Ana Luisa Martins Pereira Mirra.”-----

----- Terminada a apresentação da moção, procedeu à leitura de um comunicado.-----

----- Apresentou o seguinte documento:-----

“-----**Comunicado**-----

-----**O CDS mente em comunicado**-----

----- O PCP está hoje, como sempre esteve, ao lado dos comerciantes de Arroios. Foram os eleitos do PCP os primeiros a chamar a atenção para os problemas dos comerciantes de Arroios derivados da obra na estação de metro.-----

----- Em janeiro de 2016, a Comissão de Freguesia de Arroios do PCP alerta a população para o encerramento da Estação de Arroios nas horas de ponta e considera

que essa medida irá prejudicar seriamente quem reside e trabalha naquela zona. Desde novembro de 2016 a 6 de novembro de 2017, foram emitidas pelo PCP notas à comunicação social, demonstrando as preocupações que toda esta situação já suscitava. -----

----- Em fevereiro de 2018, os vereadores do PCP apresentaram uma moção em reunião da Câmara que deliberava que fosse requerida à Administração do Metro toda a informação sobre o decorrer das obras, prazos previstos para a sua conclusão e medidas urgentes para minimizar os efeitos negativos que se faziam sentir na altura. Esta moção foi aprovada por unanimidade. -----

----- Em janeiro de 2019, não se verificando quaisquer avanços nas obras, nem em medidas de minimização dos danos causados, os vereadores do PCP voltaram a apresentar nova moção em sede de reunião de Câmara, que solicitava esclarecimentos vários ao Governo. Nomeadamente, qual o diagnóstico feito de toda a situação, que medidas serão tomadas para minimizar os efeitos negativos, qual o calendário previsto para a conclusão das obras, entre outros aspetos. -----

----- Em março de 2019, na Assembleia Municipal de Lisboa, o PCP propôs que a Câmara Municipal de Lisboa exigisse as informações necessárias sobre quais os empreiteiros com quem foi contratualizada a realização de cada uma das obras, incluindo na Estação de Arroios. -----

----- Durante todo este período, as eleitas do PCP na Assembleia de Freguesia de Arroios levantaram diversas vezes neste órgão, seja através de moções, ou de intervenções, questões sobre as obras do metro de Arroios e participaram em ações promovidas pelo Comissão de Utentes, nomeadamente, junto dos comerciantes. -----

----- Ainda em 17 do 01 de 2019, o PCP votou favoravelmente uma proposta apresentada na Câmara Municipal de Lisboa que visava a alteração ao artigo 11º do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa, o que permitiria a isenção de taxas em projetos de interesse municipal, nomeadamente, naqueles em que as intervenções sejam provocadas por outras entidades no setor público, desde que seja devidamente atestado e reconhecido o respetivo interesse municipal. O que, claramente, é o caso que ocorreu em Arroios. -----

----- É verdade que nessa mesma reunião foi chumbada também com os votos do PCP, uma outra proposta apresentada pelo CDS que previa a isenção de taxas para quaisquer obras realizadas por outras entidades externas ao município, que se destinam, direta, ou indiretamente, a concretizar interesses de carácter público, com relevância municipal, uma vez que esta proposta tinha uma abrangência tão grande que se podia tornar perniciosa e contrária ao interesse público. -----

----- Na realidade, antes da votação desta última proposta alternativa, já estava garantida, com os votos a favor dos vereadores do PCP, a isenção de taxas aos comerciantes de Arroios, altamente prejudicados pelas obras da Estação de Arroios. ---

----- O PCP continuará a intervir para que a obra da Estação de Arroios decorra de forma mais célere e melhor, para minimizar os impactos que a mesma tem na atividade dos comerciantes de Arroios. -----

----- Comissão de Freguesia de Arroios.” -----



----- **Membro Margarida Barata (BE)**, relativamente a uma proposta apresentada há uns meses, que se prendia com a criação de uma Rede de Cultura em Arroios, considerou que havia tanta atividade cultural, tantas estruturas e tantas pessoas a produzirem cultura em Arroios, que não fazia sentido que essas estruturas e essas pessoas não trabalhassem juntas, não reunissem e não trabalhassem em parceira.-----

----- Ainda, considerou não fazer muito sentido que a Junta de Freguesia participasse em eventos públicos e que não fosse dada a oportunidade às estruturas locais de participarem. Em relação a esta realidade, referiu-se aos Dias de Liberdade no Campo Mártires da Pátria, onde tinha havido quem quisesse participar, mas que não tinha tido qualquer resposta da parte da Junta de Freguesia. -----

----- Posto isto, considerou que, com a existência de uma Rede de Cultura, isso não aconteceria, porque todas as estruturas estariam em contacto entre elas e com a Junta e, dessa forma, poder-se-ia fazer muito mais do que tinha sido feito até ao momento. -----

----- Seguidamente, informou que tinha tomado conhecimento que grande parte dos comerciantes e dos moradores do Intendente tinham apresentado queixas relativamente a um homem chamado Sandro, que tinha estado a perturbar quem trabalhava e quem frequentava o Intendente, com algumas agressões e roubos; que era uma pessoa que tinha problemas e que precisava de intervenção. -----

----- Comunicou ainda que os comerciantes e moradores do Intendente estavam naquele momento a elaborar um abaixo-assinado para entregar ao Executivo da Junta com um pedido de ajuda. -----

----- Apesar de assumir que a Junta não era um órgão soberano nesta questão, considerou que seria importante que os moradores e comerciantes do Intendente sentissem que a Junta os apoiava e que a Junta os ajudasse a perceber onde é que se poderiam dirigir para que esta situação fosse resolvida e que a pessoa em causa fosse ajudada. -----

----- **Membro Ana Júlia Filipe (BE)**, iniciou a sua intervenção agradecendo ao CDS o reconhecimento pelo grande trabalho que o Bloco tinha vindo a fazer na luta [contra a homofobia e transfobia]. -----

----- Referiu ainda que essa luta tinha sido um grande trabalho que o Bloco tinha feito ao longo dos anos, tendo aproveitado o momento para saudar o Vereador do Bloco que tinha aquele Pelouro na Câmara Municipal de Lisboa e que tinha feito aquele grande trabalho. -----

----- Em seguida, apresentou um voto de saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio. -----

----- Apresentou o seguinte documento:-----

“-----*Voto de Saudação*-----

-----*Ao 25 de Abril e ao 1º de Maio*-----

----- *Considerando que:* -----

----- *i. Este ano celebramos 45 anos da revolução de Abril, o momento fundador da democracia em Portugal, após várias décadas de ditadura. O 25 de Abril não é apenas importante como uma data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.*-----

- ii. Com o 25 de Abril ampliaram-se os direitos de cidadania, implementou-se a democracia e desenvolveu-se o Estado Social. Conquistou-se o direito à participação política, democratizou-se a educação, criou-se o Serviço Nacional de Saúde e garantiu-se o direito há habitação. A Constituição da República consagrou todos os direitos democráticos sociais e laborais conquistados.-----
- iii. As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a revolução não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de Abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social.-----
- iv. Sabemos que vivemos tempos conturbados politicamente, em que muitas das conquistas de direitos fundamentais são postos em causa com cada vez mais frequência, seja em nome de um modelo económico que privilegia o lucro em vez da prestação de serviços, seja em nome de um modelo de sociedade excludente, que discrimina outros e outras em função da cor da pele, do género, orientação sexual ou ideias políticas.-----
- v. Por isso, saudar e comemorar 45 anos de história democrática deve servir para avançar na garantia de direitos, no país, mas também nas nossas cidades. O processo de descentralização, que mais não é do que municipalização, promovido pelo PS com o apoio do PSD é um passo atrás nos direitos e na importância que o poder local tem em Portugal.-----
- vi. Lembramos, de igual modo, a importância simbólica e prática do 1º de Maio, dia em que, internacionalmente, se recordam as lutas de trabalhadores e trabalhadoras e se reforça a luta pela conquista de mais direitos.-----
- vii. Em Portugal, o 1º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00 (16,50€) que a preços constantes de 1974 hoje já seria superior a 583,94€. Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT);-----
- viii. Hoje, estamos num momento em que se termina um processo legislativo muito relevante: a alteração do Código do Trabalho, com várias propostas em cima da mesa para reverter normas gravosas que, ao longo dos últimos anos, foram incluídas por governo de PS, PSD e CDS. É o momento de definir de que lado estamos honrando a luta de milhares de trabalhadores e de trabalhadoras e confirmando que a devolução de rendimentos e dignidade também se faz através de direitos laborais.-----
- ix. Bem assim lembramos o processo PREVPAP, que também nas autarquias teve um papel fulcral na regularização de vínculos precários de décadas.-----
- Assim, a Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida em 29 de Abril de 2019, delibera:-----

----- 1. Evidenciar o 45º aniversário da Revolução como uma comemoração de luta que tem a sua plenitude na rua, espaço público e democrático, cuja participação cumpre com a exaltação da memória e o tributo a todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação de um Estado social, saudando a efeméride por aclamação;-----

----- 2. Saudar o 1º de Maio e fazer votos para que seja o momento agregador das várias gerações e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e o desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público. -----

----- 3. A remessa do teor integral do presente voto aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Associação 25 de Abril, às Centrais Sindicais. -----

----- Lisboa, 29 de Abril de 2019, -----

----- As representantes do Bloco, Ana Júlia Ganço Filipe, Margarida Antónia Antunes Barata.” -----

----- **Membro Vítor Teles (CDS-PP)**, fazendo uso da palavra para exercer o direito de resposta, dirigiu-se primeiramente ao Bloco de Esquerda. -----

----- Assim, considerou que o Bloco de Esquerda tinha alguma dificuldade no entendimento do que se disse na Assembleia. Neste sentido, referiu que na sua intervenção não estava a felicitar o Bloco de Esquerda pelas suas iniciativas, mas sim, a realçar que na presente Assembleia o CDS tinha tomado as iniciativas que deviam ser o papel do Bloco de Esquerda. -----

----- Posto isto, sugeriu que aquele teria sido o momento para a representante do Bloco de Esquerda, Ana Júlia Filipe, estar calada e disse que no ano e meio que passou, o Bloco de Esquerda não tinha tomado nenhuma diligência no sentido da defesa dos direitos dos homossexuais, dos transgéneros e dos transexuais. -----

----- Terminando este ponto, considerou que o Bloco de Esquerda não tinha feito nada na presente Assembleia de Freguesia. -----

----- Seguidamente, dirigiu-se ao Partido Comunista começando por afirmar que ter-se mau perder era lamentável e que o CDS não mentia. Disse ainda que o CDS fora o primeiro partido que na Assembleia de Freguesia de Arroios tinha trazido uma moção de isenção de taxas aos comerciantes afetados pelas obras do metro de Arroios. -----

----- Considerou também que, apesar de perceber que custava ao Partido Comunista não ter tomado essa iniciativa porque o mesmo gostava de abarcar todas as lutas, deveria reconhecer-se o mérito do CDS-PP por ter tomado a iniciativa, até porque o mérito devia ser festejado por todos os que estavam ali sentados. Isto, porque o que estava em causa era o que o CDS-PP defendia; não eram as guerras dos partidos que nada resolviam, mas os interesses dos fregueses de Arroios que os tinham elegido e que os obrigavam a encontrar consensos para os problemas da Freguesia. -----

----- Continuando, referiu que depois de uma hora e vinte de Assembleia ainda não tinha havido da parte do PCP uma única iniciativa em prol da Freguesia, a não ser declarações que já estavam pré-formatadas e que vinham ecoar numa Assembleia de Freguesia, facto que tornava o espaço de discussão e de melhoria dos fregueses, num espaço inútil. Por fim, reiterou ainda que a intervenção do PCP era inútil. -----

----- Para finalizar, comunicou que o que tinha sido chumbado pelo Partido Comunista, era a proposta apresentada pelo CDS-PP na Assembleia Municipal relativa ao pagamento de uma indemnização aos comerciantes, na Praça do Chile e toda a zona envolvente - que tinham visto reduzidos todos os seus rendimentos - em virtude do desenrolar das obras de Arroios. De acordo com o mesmo, teria sido melhor se se tivesse festejado a iniciativa de - também por iniciativa do Executivo - não estarem a ser cobradas as taxas aos fregueses. Considerou que não se deviam estar “a atirar pedras” em questões que eram do interesse dos fregueses. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)**, exercendo também o seu direito de resposta começou por afirmar que não era correto ter-se uma intervenção onde se dizia que alguém devia estar calado. Sobre isto, lembrou que os membros da Assembleia eram eleitos e que por isso tinham o direito de falar, de dizer aquilo que queriam e pretendiam, com alguma correção. -----

----- Reiterou que era verdade que o CDS tinha os louros por ter apresentado uma moção para a isenção das taxas aos comerciantes lesados, mas que era importante não esquecer que o Partido Comunista Português, ao lado da Comissão de Utentes dos Transportes, começara em 2016 a luta contra o encerramento da Estação de Arroios. ----

----- Assim, comunicou que nessa altura alertaram todas as pessoas, distribuíram documentos, e que muitos dos comerciantes que à data se sentiam lesados, e estavam lesados - facto que era lamentado pelo PCP -, não tinham querido aceitar o documento onde o PCP se colocava contra o encerramento da Estação de Arroios, para obras. -----

----- Continuando o seu direito de resposta, referiu que quando o PCP lutava, o fazia a montante, e dado que o encerramento da Estação de Arroios tinha sido o causador daquela situação, o PCP tinha lutado contra isso. Disse também que o PCP tinha votado a favor da moção do CDS-PP e estava de acordo com ela e que não percebia porque é que as coisas nunca mais andavam para a frente. -----

----- Finalizando a sua intervenção reiterou que não aceitava que se dissesse que o Partido Comunista não dizia nada útil para a Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, apelou à manutenção da ordem na sala e da elevação do debate. -----

----- **Membro Ana Júlia Filipe (BE)**, exercendo o seu direito de resposta, desconsiderou o comentário do membro Vítor Teles, na medida em que se fosse para estar calada, não faria sequer sentido estar na Assembleia. -----

----- Afirmou que o Bloco de Esquerda iria acompanhar o voto de saudação ao 17 de Maio, reiterando que essa era uma luta histórica do Bloco de Esquerda. Ainda, acrescentou que no entendimento do Bloco de Esquerda, as várias lutas eram feitas nas várias esferas. Sobre este assunto, lembrou que já tinham tido discussões na Assembleia sobre o que é que devia ser discutido numa Assembleia de Freguesia, numa Assembleia Municipal, ou noutras esferas, fossem elas a rua, ou noutros órgãos. -----

----- Em seguida, referindo-se à questão da luta contra a homofobia e transfobia, e pegando na expressão utilizada pelo CDS-PP, “tirar um pouco o palco ao Bloco”, reforçou que aquela era uma luta histórica do Bloco e que na Assembleia de Freguesia tinham apoiado e iriam continuar a apoiar e a trabalhar para que o centro LGBTI e a Casa da Diversidade, que teria outros serviços, pudessem existir na Freguesia de

Arroios, sendo que o que interessava era ter aqueles serviços para os fregueses e para o Município.-----

----- **O Secretário do Executivo Vítor Carvalho**, comunicou que, antes de se proceder à votação dos documentos que tinham sido apresentados, queria prestar um esclarecimento relativamente à recomendação do CDS-PP sobre o processo eleitoral. --

----- Assim, afirmou que era uma recomendação um pouco extemporânea, porque o processo eleitoral já estava a decorrer, acrescentando que tinha sido criado um grupo de trabalho na Junta de Freguesia, do qual faziam parte trabalhadores da Junta e dois membros do Executivo, onde o mesmo se incluía, juntamente com Vogal do Executivo André Gomes. -----

----- Continuando, esclareceu que as secções de voto já estavam definidas, que iam existir vinte e duas secções de voto na Freguesia de Arroios e que os locais de voto se mantinham. Sobre isto, acrescentou que as pessoas iriam votar na Escola Secundária de Camões, no Lisboa Ginásio Clube e na EB1 da Pena.-----

----- Disse ainda que a moção do CDS-PP não estava correta quando dizia que ia haver mudança da secção de voto para outro edifício. Assim, informou que, dado que os cartões de eleitor tinham deixado de existir e que, portanto, as pessoas se iriam identificar através do seu nome, a distribuição das secções de voto seria feita por ordem alfabética. Isto significava que as pessoas poderiam ver alterada a sua secção de voto, mas não iam mudar de local de voto. Concretizando, explanou que os três locais de voto se iriam manter e que a ordem alfabética seria igual no Liceu Camões, na Escola EB1 da Pena e no Lisboa Ginásio Clube.-----

----- Em relação à solicitação do CDS-PP para que a distribuição dos eleitores fosse feita, o membro do Executivo informou que isso já estava feito. Assim, transmitiu que já estavam publicados editais com o número de secções de voto, o número de eleitores por cada secção de voto e que essa informação já estava disponível, desde a semana passada, nos locais de estilo, nos mupis, no *site* da Junta Freguesia. -----

----- Posto isto, e tendo em conta o supracitado e que já estava definido que cada mesa de voto teria à volta de 1200 eleitores, aditou que algumas das recomendações que estavam inseridas na recomendação do CDS-PP já não eram possíveis. -----

----- No que toca à distribuição dos eleitores, acrescentou que isso também não seria possível e em relação ao esclarecimento sobre as alterações [no processo de voto], informou que o Executivo da Junta aguardava da parte da Câmara Municipal de Lisboa todo o material para que fosse possível informar os fregueses. -----

----- Para finalizar, reiterou que, na sua perspetiva, a recomendação do CDS-PP, tal como estava, não poderia ser colocada.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, informou que, face aos esclarecimentos do Senhor Secretário, a recomendação do CDS-PP, “*Informação sobre o processo de voto nas eleições para o Parlamento Europeu, 2019*”, tinha sido retirada pelo respetivo proponente.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta Margarida Martins**, interveio para falar sobre o Sandro. De acordo com a sua opinião, o Sandro era um problema recorrente na Freguesia de Arroios, sendo que o conhecimento dessa realidade se estendia ao

Vereador Manuel Grilo, assim como a todos os parceiros que trabalhavam com os sem-abrigo. -----

----- Disse também que o Sandro era uma pessoa com problemas graves de ordem psiquiátrica e que muitas vezes não era atendido nos serviços competentes. Informou também que, com o apoio da Polícia de Segurança Pública e da Polícia Municipal, tinha sido possível uma intervenção durante quatro meses, durante os quais ele não estivera presente na zona. No entanto, acrescentou que, naquele momento o Sandro tinha voltado com mais problemas. -----

----- Sobre o abaixo-assinado, a Senhora Presidente da Junta esclareceu que a Junta teve conhecimento disso através de um comerciante, concretamente o Hotel 1908. -----

----- Esclareceu que já se passara essa informação a todas as entidades, mas lamentou que isso tivesse acontecido tarde de mais. Assim, informou que antes, a Junta quisera fazer essa intervenção com os comerciantes, mas que tinha havido alguns fregueses que tinham respondido que o Sandro já lá existia, antes de muita gente existir. Sobre esta realidade, explanada por alguns comerciantes, aditou que isto não era uma questão de existir, era uma questão de respeito pelo espaço, pelas pessoas e por todas as pessoas que estavam ali envolvidas, não só os comerciantes, mas também as pessoas que habitavam, as pessoas que nos visitavam e que realmente tinham sido assediadas pelo Sandro. -----

----- Terminando, referiu que a situação do Sandro estava com as entidades competentes e também com a Senhora Delegada de Saúde, porque era um problema de saúde grave, que afeta vários pontos da cidade. -----

----- **O Vogal do Executivo António Serzedelo**, informou que, quando tinha sido nomeado para o Pelouro da Cultura, tinha tido o cuidado de dar a conhecer as suas propostas aos partidos e dizer que estava aberto para todo o diálogo e acrescentos às propostas que tinha avançado, mas que até agora nenhum partido lhe tinha feito qualquer sugestão. -----

----- Disse também que tinha tomado conhecimento, no dia da Assembleia, da existência de uma Comissão de Cultura com quem deveria falar. Fez também saber que nenhuma das pessoas dessa Comissão lhe dirigira qualquer iniciativa, pelo que o Executivo tinha estado a seguir com algumas propostas, sempre com o acordo da Presidente Margarida Martins, e que se dirigiam ao público em geral, ao público mais erudito e ao público que não era tão erudito. -----

----- Sobre esta questão, reiterou que tinham esse cuidado, porque havia coisas que pessoas de maior erudição acompanhavam e deviam acompanhar, mas que não se devia deixar de dar alimento às outras pessoas que, não tendo tanta cultura, podiam perceber tão bem aquilo que se desejava delas e sobretudo a assunção da sua cidadania, como a dos outros. -----

----- Referiu que tinha dialogado com a Academia dos Idosos, e que tivera, com a Senhora Presidente Margarida Martins, um diálogo com as mulheres da Academia dos Idosos para as sensibilizar para a problemática da mulher na Freguesia de Arroios e para a problemática da violência de que as mulheres podiam ser vítimas na Freguesia de Arroios, em Lisboa e no resto do País; isto, porque não se abriam exceções na violência em Lisboa. -----

----- Prossequindo na sua intervenção, fez referência às chamadas “Portas que Abril Abriu”. Assim, aditou que muitos dos presentes não sabiam que o próprio era o mais antigo militante da causa LGBT em Portugal. Sobre isto, fez notar que no dia 13 de Maio de 1974, com cinco amigos, tinha produzido um manifesto chamado “Liberdade para as minorias sexuais”, manifesto esse que tinha sido atacado pelo General Galvão de Melo, que fora à televisão dizer que o 25 de Abril não se tinha feito para os homossexuais e as prostitutas reivindicarem fosse o que fosse. -----

----- Continuando, lembrou que já não subscrevia muitas das coisas que lá estavam escritas - algumas da sua lavra - mas que naquela altura era necessário acompanhar o que estava a emergir. -----

----- Assim, recordou que o 25 de Abril abria muitas janelas, mas as primeiras que tinha aberto, tinham sido as janelas que preocupavam as pessoas no seu estado social. Os salários, os direitos dos trabalhadores, o direito à greve, o direito à palavra, o direito à liberdade, dado que essas eram as grandes coisas que faltavam no 24 de Abril. Mas à socapa estavam as conquistas individuais que eram também os direitos humanos da liberdade sexual; das pessoas poderem exprimir-se sexualmente como muito bem quisessem. E isso tinha começado a dar os seus primeiros passos só vinte anos depois de Abril. -----

----- Neste sentido, disse que o primeiro grande passo acontecera quando tinha sido abolida a lei que proibia a homossexualidade e que castigava os homossexuais, depois quando já não eram expulsos da tropa e depois com a Lei das Uniões de Facto. Passado uns anos tinha sido o casamento e agora continuava-se nesse caminho. -----

----- Acrescentou que lhe parecia que, apesar de continuar a haver homofobia, como havia violência doméstica pelo País fora, no campo da homofobia a violência tinha um percurso, sendo esse percurso da cidade para o campo, das cidades de turismo - aonde as cabeças mais se abriam -, para aquelas cidades do interior aonde ainda não havia turismo, ou havia pouco. -----

----- Disse que tinha achado a proposta do CDS-PP muito interessante e nesse sentido saudava o referido partido pela mesma, e lançou um repto para que os outros partidos tivessem outras iniciativas, fossem elas nas estradas, nas autoestradas, nos candeeiros, nas portas das casas, etc. Finalizando, reiterou que era bom chamar a atenção para esta conquista de Abril, que era uma conquista de igualdade, que era uma conquista de direitos humanos e que era uma conquista democrática e que as conquistas democráticas, conquistavam-se, mas tinham que se manter no dia-a-dia, porque os direitos humanos recuavam, se não se lutasse por eles no dia-a-dia. Sobre esta questão recordou o que estava a acontecer em Espanha com os partidos da extrema-direita e como os mesmos pretendiam recuar grandes conquistas que, entretanto, tinham sido feitas. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação as moções, recomendações e os votos de louvor apresentados à mesa. -----

----- Submeteu à votação a **Recomendação “Intervenção na placa de homenagem ao Embaixador Carlos Sampaio Garrido, Largo de Santa Bárbara”** apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Recomendação “Intervenção no passeio de acesso à nova Loja do Cidadão na Rua Eng.º Vieira da Silva - Mercado 31 de Janeiro”** apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade.**

----- Submeteu à votação a **Recomendação “Dia Internacional de luta contra a homofobia e transfobia”** apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade.**-----

----- Submeteu à votação a **“Moção comemorativa dos “45 Anos da Revolução de Abril”** apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 15 votos a favor (8 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PAN, 2 do PCP e 2 do BE) e 3 abstenções (PSD).-----

----- Submeteu à votação o **“Voto de Louvor pela implementação da Lei 112/2017”** apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor (8 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PAN e 2 do BE) e 5 abstenções (3 do PSD e 2 do PCP).-----

----- Submeteu à votação o **Voto de Saudação “45º Aniversário da Revolução de Abril”** apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor (8 do PS, 2 do PCP, 1 do PAN e 2 do BE), 5 abstenções (3 do PSD e 2 do CDS-PP). O CDS-PP apresentou, por escrito, uma declaração de voto. -----

----- Submeteu à votação a **Moção “Pelo desenvolvimento do transporte coletivo”** apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (8 do PS, 2 do PCP, 1 do PAN, 2 do BE e 3 do PSD) e 2 abstenções (CDS-PP). O CDS-PP apresentou uma declaração de voto por escrito. -----

----- Submeteu à votação o **Voto “Saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio”** apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor (8 do PS, 2 do PCP, 1 do PAN e 2 do BE), 5 abstenções (3 do PSD e 2 do CDS-PP). O CDS-PP apresentou uma declaração de voto por escrito. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“As eleitas do Partido Comunista Português na sua apreciação, pela leitura e por aquilo que ouviram do Voto de Louvor apresentado pelo PS, abstiveram-se na sua votação pelo seguinte:-----*

----- *Não é que estejam de forma nenhuma contra e estiveram ao lado durante todo o processo de integração dos trabalhadores com vínculo precário da Junta de Freguesia. No entanto, no Voto de Louvor, nós consideramos que há algumas coisas com as quais não concordamos.-----*

----- *Eu pedi para ler e, portanto, segundo nós podemos ler no Voto de Louvor, é verdade que a integração foi efetuada pelo Executivo que assim cumpriu aquilo que a Lei 112/2017 dizia. -----*

----- *No entanto, o processo não foi um processo pacífico e quando se diz que o Executivo mostrou flexibilidade e abertura para ouvir, no processo, a Comissão de Acompanhamento, é verdade que ouviu, mas ouviu após uma insistência e uma luta grande da Comissão de Acompanhamento que, de modo nenhum, deixou de exercer o seu direito de controle, dentro das competências que podia. -----*

----- *Também é dito, pelo PS, que houve a luta de forças políticas, particularmente do Partido Socialista, na defesa, sem reversas, da exemplar execução da Lei.*

Consideramos que não foi assim tão exemplar e se não, vejamos. É verdade que a Lei permitia que fosse considerado o direito de exercerem o que eram ou não eram necessidades permanentes. Assim o fizeram e isso originou a abertura de sete procedimentos concursais para cinquenta e sete vagas, ao invés das sessenta e duas que tinham dado como informação à DGAL. -----

----- Só posteriormente, e isto é preciso que se diga, depois de uma grande luta da Comissão de Acompanhamento, acompanhada por uma luta de alguns trabalhadores que se sentiram lesados, a verdade é que depois foram abertos mais três procedimentos concursais que integraram mais oito trabalhadores. Por fim, em dezembro, foi aberto mais um concurso para integração de três trabalhadores, concurso esse que só teve a sua homologação a semana passada. Lamentamos que tenha levado quatro meses, dado que realmente isto tudo tem interferência na vida das pessoas. -----

----- Por isto é que consideramos que, realmente, o Executivo fez o seu trabalho, é verdade que sim. No entanto, não consideramos que fosse assim tão exemplar e por isso a nossa abstenção. -----

----- O Tesoureiro do Executivo Jorge Lavaredas, disse que o Executivo não votava, nem as recomendações, nem os louvores, nem as moções, mas que se tivesse votado, provavelmente ter-se-ia absterido, porque efetivamente não tinham sido sessenta e oito, mas sim setenta e uma vagas que tinham sido abertas no âmbito dos dez concursos. -----

----- Reafirmou que o processo tinha sido exemplar em várias medidas. Assim, referiu que fora exemplar numa primeira fase, porque, apesar de no plano de atividades que tinha sido apresentado à Assembleia em 2017 não existir Lei, o Executivo colocara como primeira prioridade, na agenda política da sua atividade, a questão da regularização dos precários. -----

----- Aditou que, depois, quando a Lei tinha vindo, tinham sido talvez das primeiras, se não a primeira junta de freguesia, a abrir concursos para a regularização dos precários, tendo essa abertura sido feita exclusivamente com recurso a trabalho interno de colaboradores da Junta de Freguesia de Arroios. Sobre este aspeto, deixou um agradecimento especial à área jurídica, à Doutora Lúcia Gomes e à Doutora Sandra Mascarenhas, entre muitos outros, que, tenho trabalhado muitas horas e noites, conseguiram, em tempo *record*, fazer esses processos. -----

----- Neste sentido, lembrou que os processos foram os mais rápidos que tinham existido em Lisboa e que o Executivo ouviu a Comissão de Acompanhamento. Para além disso, tinha memória de que fora o Executivo que dissera que estaria disponível para falar daquele processo com a Comissão de Acompanhamento. -----

----- Posto isto, informou que tinham ouvido a Comissão de Acompanhamento e tinham aceitado algumas das propostas, tendo passado das cinquenta e oito vagas iniciais, para setenta e uma. Isto, quando a Comissão de Acompanhamento apenas tinha sugerido que fossem abertas mais dez vagas. -----

----- Finalmente, reiterou que o Executivo tinha ido além daquilo que tinha sido a sugestão da Comissão de Acompanhamento, tendo sido abertas mais treze vagas, facto que considerou ser exemplar. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, teve que se dirigir à Assembleia, no sentido de lembrar que quem se quisesse pronunciar sobre esta matéria teria que se inscrever. -----

----- **Ponto 3 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior** -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)**, iniciou a sua intervenção lamentando o facto de alguns elementos da Assembleia terem ficado ofendidos com a sua brincadeira, mas considerou também que com o Partido Comunista toda a gente ficava ofendida. No entanto, acrescentou que também ela ouvira coisas realmente absurdas que se escusara a comentar. Ainda, repudiou a forma como um elemento da Assembleia se lhe dirigira, acrescentando que não aceitaria isso, até porque a própria não o tratava assim. -----

----- Sobre a ata em discussão, disse que em determinado sítio, na página 252, parágrafo 5, estava escrito, “medido a metro”, sendo que isto tinha a ver com uma medida, uma ação e não era “medido a metro”; era, “medida: metro”. Esta parte da ata remetia para o metro - transporte público - e, portanto, havia uma diferença entre “medido a metro” e “medida: metro”. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a Ata nº 10, do dia 27 de dezembro de 2018, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**, na condição de ser feita a correção apresentada pelo membro Fernanda Lacerda. -----

----- **Ponto 6 – Apreciação da informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e), do nº2, do art.9º, da Lei nº75/2013** -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)**, disse que da leitura que fizera, pensava que havia uma quantidade de informação sem qualquer interesse. Assim, tinham verificado que, por exemplo, havia um *copy/paste* de muitos textos que passavam do relatório 2018 para a informação de 2019 deste período, não acrescentando por isso nada de novo. -----

----- Depois, considerou ser lamentável que houvesse, da página oitenta e cinco à noventa e um, parte do texto que não se percebia, visto que havia uma parte em escuro e que por isso não se conseguia ler. -----

----- Também considerara a existência de uma série de gráficos sem interesse e que ocupavam espaço, assim como fotos de determinados eventos. Relativamente às fotos, fora da opinião que essas fotos tinham interesse para um relatório, mas não para uma informação, na medida em que não traziam algo de novo, ou de interessante. A título de exemplo, referiu-se às fotos das Escadinhas da Porta do Carro, que ocupavam quatro páginas. Estas fotos, que remetiam para a conclusão das obras em 2018, já vinham no relatório de 2018 e voltavam a aparecer na informação de 2019. -----

----- No que toca ao recalçamento do Jardim Braamcamp Freire, existia uma descrição com duas páginas igualzinha ao relatório 2018, à exceção do tamanho da letra. -----

----- Prosseguindo, chamou a atenção para um gráfico da página oitenta, que considerou ser um gráfico muito importante, dado que tinha a ver com a representação da contratação pública, mas que, no entanto, era difícil de ler porque o gráfico tinha sido todo feito com siglas. Sendo certo que na página anterior estava a descrição do que é

que significavam as siglas, o membro da Assembleia era da opinião que talvez se pudesse fazer aquele gráfico sem as siglas e com um descritivo, de forma a que o mesmo pudesse ter uma leitura mais interessante, sem que fosse necessário andar de trás para a frente a ler o que era que significava o quê.-----

----- No que se referia às obras da Estação de Metro de Arroios, as eleitas do Partido Comunista consideraram que, na informação de 2019, não havia informação considerável para lá da isenção das taxas e da limpeza do local. Assim questionaram sobre o que era que se estava a passar com as obras e para quando estava previsto o seu início. -----

----- Em relação às obras na Piscina de Arroios informou que ainda estavam há espera do relatório que, de acordo com o que tinha sido dito em dezembro pelo Tesoureiro do Executivo Jorge Lavaredas, já estaria concluído e podia ser distribuído a todas as bancadas. Questionou também se as obras já tinham começado e aditou que, no caso de serem obras de envergadura, tinha dúvidas em relação à reabertura em setembro. -----

----- No que toca ao lixo na Freguesia, considerou que melhorou alguma coisa, mas deixou a ressalva que as pessoas continuavam a ter uma ação pouco cívica em muitos lados, que se continuava a ver lixo e que as ervas estavam a crescer a seu belo prazer. Particularmente sobre as ervas, informou que já tinha visto moradores, nomeadamente comerciantes e elementos de uma escola, a cortar as ervas e a pôr sal, e a fazer aquilo que achavam melhor perante a praga das ervas.-----

----- No âmbito da intervenção sobre a retirada de pilaretes de pedra, referiu que tinha sido dito em determinada altura que seria feito um levantamento de todos os pilaretes baixos, até porque eram ilegais. -----

----- Sobre isto, observou que tinham andado a tirar os pilaretes no início do presente ano na Rua Jacinta Marto, em frente ao Quartel. No entanto, mais abaixo, notou que os pilaretes se tinham mantido, nomeadamente em frente a uma passagem de peões que ficava mesmo em frente a um prédio onde morava um casal de pessoas portadoras de deficiência visual.-----

----- Lembrou ainda que a Junta comunicou em dezembro, no seu plano de atividades, que iria fazer um esforço para contratação de mais pessoal. Neste sentido, questionou quando aconteceria a abertura do concurso para a contratação de vinte e seis pessoas, de que se falava nesse plano de atividades.-----

----- Depois, comunicou que as eleitas do PCP tinham tomado conhecimento de que a Senhora Presidente da Junta tinha tido uma intervenção na reunião descentralizada da Câmara Municipal de Lisboa em que expusera o problema da habitação. Apesar de concordar com aquilo que a Senhora Presidente dissera e achar positivas as intervenções, era da opinião que o problema da habitação ia para lá daquilo que tinha sido dito, porque tinha que haver um combate à especulação imobiliária, na medida em que nada se ia conseguir se não fosse feita a revogação da Lei 31/2012 - a Lei do Arrendamento Urbano - e se não fosse feita uma regulamentação adequada para o alojamento local, acrescentando que naquele caso não bastava ficar-se limitado a determinados sítios, porque assim o assunto iria manifestar-se noutras freguesias. Considerou também que era necessário e também tinha que ser considerado o controle do licenciamento à abertura de hóspedes e hotéis.-----

----- Para finalizar, comunicou que, tal como a Senhora Presidente tinha dito, também as eleitas do PCP consideravam que fazia falta uma nova escola para o primeiro ciclo, porque a Escola Básica O Leão de Arroios tinha problemas, tendo lembrado ainda que o PCP já tinha abordado esta questão numa Assembleia anterior. -----

----- **Membro Vítor Teles (CDS-PP)**, começou por evidenciar que o CDS-PP gostara muito de todas as cores, das fotografias, das numerações, das barras e que estava muito satisfeito com o relatório da Senhora Presidente. Os eleitos do CDS-PP consideraram que o mesmo era muito relevante e que os preencheu bastante a capacidade de analisar o relatório de atividades da Freguesia. Neste sentido, congratularam a Senhora Presidente e sugeriram que, no futuro, se poderia pensar em pôr arco-íris nos cantos. -----

----- Passando ao essencial do relatório da Senhora Presidente, quiseram assinalar três pontos. Dois deles prendiam-se com o ponto da ação social, onde se mencionava que existiram acordos com o Senhor Vereador dos Direitos Sociais e da Educação da Câmara Municipal de Lisboa e mais catorze entidades e que daqueles encontros tinha surgido a necessidade de serem desenvolvidas ações conjuntas. -----

----- Assim, disse que o CDS-PP gostava de saber o que é que o Executivo tinha para propor para o Regueirão dos Anjos. Sobre este ponto, referiu que se estava a falar da questão que preocupava o Regueirão dos Anjos e acrescentou que tinham ouvido em assembleias anteriores que estavam a ser tomadas iniciativas e que tinham existido reuniões com a Câmara Municipal de Lisboa, mas que, no entanto, não sabiam, nem o que estava programado para o Regueirão dos Anjos, nem o que é que a Junta de Freguesia pensava e que projeto tinha para apresentar relativamente ao Regueirão do Anjos. -----

----- O Segundo ponto foi relativo aos espaços verdes, concretamente, e tal como já tinha sido falado por um freguês, a questão do jardim Cesário Verde que precisava urgentemente de intervenção. Sobre este assunto, os eleitos do CDS-PP consideraram positivo o facto de, provavelmente, ser aprovado na Assembleia Extraordinária seguinte, a delegação de competências. -----

----- Finalmente, acrescentou um ponto que, apesar de não constar do relatório, considerou merecer a atenção do Executivo. Assim, referiu que junto ao Colégio Sagrado Coração de Maria tinha sido criada uma zona de estacionamento de largada e tomada de passageiros, que considerava escassa para o número de alunos que frequentava o Colégio. Acrescentou ainda que tinham tido oportunidade de estar em reunião com o Colégio onde tinha sido mencionado que muitos dos pais tinham que estacionar o carro para deixar as crianças pequenas dentro do colégio. Portanto, deveria considerar-se alargar o espaço de tomada e largada de passageiros. -----

----- Enunciou o último ponto, relativo a um semáforo de inversão de marcha na Avenida Manuel da Maia. Sobre isto, o eleito do CDS-PP sugeriu que o semáforo devia estar intermitente nas horas de maior afluência àquele local, ou seja, no período de tomada e largada de crianças. -----

----- **Membro Ana Júlia Filipe (BE)**, dirigiu-se ao púlpito para colocar uma questão relativa aos indicadores dos Orçamentos Participativos, onde vinham referidas as várias fases de concretização dos orçamentos participativos, o planeamento, a preparação, a

fase de construção, a execução e os concluídos. E queria perceber melhor qual era a previsão de execução daqueles orçamentos. -----

----- Referiu que esta parte começava na página quarenta e nove, tendo continuidade na página cinquenta e cinquenta e um. Mais à frente, estava a informação de que estavam em análise os novos projetos para o ano seguinte, ou seja, a nova versão do Orçamento Participativo 2018/2019. Nesta nova versão, disse que já tinham sido identificados três projetos estruturantes e cinco projetos locais que se iriam somar aos que estavam ainda em fase de planeamento. -----

----- Concretizando, fez nota de que o grande bolo se encontrava na fase de planeamento, e que queria compreender melhor aqueles projetos que estavam em fase de planeamento, em que fase é que se encontravam e qual a previsão que existia para a sua execução. -----

----- **Membro Ana Mirra (PCP)**, informou que lhe tinha sido pedido, por quem passeava os cães no parque canino, para perguntar na Assembleia quando seriam feitas obras no parque e também para alertar para a quantidade de água, proveniente de uma fuga, que não era aproveitada, nem para a rega. -----

----- Sobre o Parque Lurdes Pintassilgo, questionou porque é que o lago desse parque continuava sem água. -----

----- **O Tesoureiro do Executivo Jorge Lavaredas**, relativamente às questões que o PCP colocou, disse que para o Executivo era importante que fossem colocadas imagens sobre as obras que eram feitas na Freguesia. Considerou que podia ser uma questão estética, mas ainda assim era da opinião que essa informação era necessária e pertinente. -----

----- Relativamente à questão da Piscina de Arroios, referiu que tinha sido feito o relatório que fora referenciado na Assembleia de Freguesia anterior e que estava naquele momento a ser preparado um procedimento para a execução do projeto de execução. -----

----- Acrescentou que a intervenção na piscina era uma intervenção significativa, nomeadamente ao nível da cuba e que, dado o orçamento ser de várias centenas de milhares de euros, só seria possível o Executivo comprometer-se com despesa após ter uma expectativa real de que o Contrato de Delegação de Competências, que tinha sido proposto à Câmara Municipal de Lisboa para a realização de obras, seria aprovado e iria para a frente. -----

----- Ainda sobre isto, referiu que na próxima Assembleia de Freguesia seria apresentada uma proposta na qual o CDC de obras contemplava a intervenção na piscina com um valor de cerca de 430 mil euros. Neste sentido, considerou que naquele momento já existiam condições de avançar com as ações, nomeadamente, com o projeto de execução para fazer as obras na piscina. Como fora dito na Assembleia anterior, o Executivo iria fazer uma análise à componente estrutural de toda a intervenção anterior, para que não existisse um risco de que de futuro se tivesse que fazer uma nova intervenção. -----

----- Relativamente à data de abertura da piscina, comunicou que o Executivo tinha a expectativa que, se o projeto de execução fosse adjudicado até finais do mês de maio, pudesse ser lançado - até ao final do Verão - o procedimento concursal de concurso público para o lançamento da empreitada. Fez notar que a empreitada dependia também

daquilo que fossem as análises que seriam feitas pelo projetista, nomeadamente, quanto à necessidade de algum reforço estrutural, ou não. Por fim, esclareceu que essa análise adicional só poderia ser feita pelo próprio projetista, em função de ensaios específicos que ele pedisse, no âmbito do projeto de execução. De acordo com o Tesoureiro do Executivo, era por essa razão que não era possível avaliar completamente a duração da obra. -----

Relativamente à melhoria da higiene urbana na Freguesia, aditou que essa melhoria tinha sido feita muito à custa de um esforço enorme de otimização das formas de trabalho da área da higiene urbana da Freguesia, quer pelos seus supervisores, pelos seus encarregados, quer pelos seus trabalhadores, até porque não tinha sido possível lançar novos concursos. Sobre este aspeto, recordou que quando o Executivo analisara no ponto seguinte o Relatório e Contas, verificara que a Junta não podia mais, com os seus recursos próprios, contratar funcionários. Por essa razão, a Junta, durante o ano de 2018, tinha feito um esforço muitíssimo significativo junto da Câmara Municipal de Lisboa, e a Divisão de Ambiente Urbano e Desenvolvimento Local tinha feito um estudo operacional no sentido de mostrar que meios, quer humanos, quer materiais, eram necessários para que a situação de higiene urbana na Freguesia ficasse em condições minimamente aceitáveis. Felizmente, essas reivindicações tinham sido ouvidas pela Câmara Municipal de Lisboa, pelo que também viria, na próxima Assembleia de Freguesia, um CDC para o reforço do orçamento da Junta em 915 mil euros para a área da higiene urbana. -----

----- Relativamente à deservagem, informou que aquele não era um tema simples porque as medidas mais eficazes para a deservagem, eram também medidas que o Executivo optara por não usar, independentemente da utilização dos herbicidas ser permitida com um determinado tipo de dosagens. E não se usando herbicidas, com os meios que existiam não era fácil fazer mais. -----

----- Em relação aos pilaretes de pedra, disse que eram algo muito negativo e que, portanto, deviam ser eliminados. Acrescentou ainda que se devia eliminar tudo o que eram obstáculos perigosos para os transeuntes, especialmente para as pessoas com visibilidade reduzida. Assim, afiançou que seriam retirados os dois que não foram. -----

----- Relativamente à questão da habitação, considerou ser um tema difícil. Assim, afirmou que havia uma matéria que era evidente e isso tinha sido o que a Senhora Presidente dissera na reunião descentralizada e que o Executivo disse insistentemente. De acordo com o membro do Executivo, a Senhora Presidente tinha tido a oportunidade de fazer várias ações ao mais alto nível em termos governamentais para que medidas concretas fossem tomadas relativamente à habitação. -----

----- Nesse sentido, referiu que não podiam ser as autarquias locais, nem os municípios e muito menos as freguesias a assumir o ónus da resolução da questão da habitação, especialmente nas cidades. Ou seja, era o Estado que tinha de assumir essa responsabilidade, não só legislando, mas também promovendo a construção de mais habitação a preços acessíveis. -----

----- Sobre isto, acrescentou que tinha sido essa a luta que a Senhora Presidente tinha iniciado com, por exemplo, uma medida e uma ação que o Estado podia fazer, no sentido de disponibilizar ao Município todo o espaço do Miguel Bombarda, porque era

um espaço enorme que daria, não só para fazer habitação, mas daria para fazer creches, centro de saúde, espaços verdes, espaços desportivos e que, portanto, daria para fazer um conjunto de coisas que levariam a que a freguesia ficasse mais habitada. -----

----- Relativamente à questão do alojamento local, lembrou que o equilíbrio entre a geração de riqueza, de emprego, da habitação e de Lisboa não perder a sua identidade, era um equilíbrio difícil. De facto, o que a Junta de Freguesia tinha feito relativamente ao alojamento local, era pressionar a Câmara Municipal de Lisboa no sentido de também haver restrição em Arroios relativamente ao alojamento local em zonas em que se achasse que esse alojamento local já ultrapassara os limites que eram aceitáveis. -----

----- No entanto, reiterou que era importante não esquecer que tinha havido muitas pessoas humildes e com dificuldades financeiras que tinham melhorado as suas condições através do alojamento local. Isso era uma realidade que não se podia ignorar.

----- Sobre o Jardim Cesário Verde, afirmou que, como já tinha sido dito, as obras iriam avançar. -----

----- Em relação à questão levantada pelo CDS-PP relativamente à zona de estacionamento no Colégio, comunicou que nos CDC's que vinham à Assembleia de Freguesia na semana seguinte, existia uma linha que era específica para a criação de condições de segurança de tomada e largada de crianças junto às escolas. Esclareceu também que as intervenções que iriam ser feitas, em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa, eram para todas as escolas da Freguesia, independentemente de serem privadas, ou públicas, porque isso era irrelevante nesta matéria. -----

----- Afiançou que se tomou nota da questão do semáforo e que o Executivo ia falar com a Câmara Municipal de Lisboa no sentido do semáforo poder ser alterado. -----

----- **Ponto 7 - Análise, discussão e votação da Prestação de Contas de 2018**-----

----- **Tesoureiro do Executivo Jorge Lavaredas**, referiu que o relatório de atividades era um relatório que espelhava, em grande medida, aquilo que era o trabalho de todo o Executivo liderado pela Senhora Presidente Margarida Martins e mais importante que isso, espelhava o trabalho dos trabalhadores da Junta de Freguesia e também as contribuições dos membros da Assembleia de Freguesia. Deixou também uma nota de agradecimento à área financeira e à contabilidade, pelo trabalho que tinham desenvolvido no sentido de poderem apresentar as contas. -----

----- Relativamente à situação financeira da Junta, afirmou que era estável, boa e equilibrada. Ainda sobre este assunto, referiu que a Junta tinha tido uma situação muito desafiante durante o ano de 2018, que fora a integração dos precários, o que, tal como podia ser visto no relatório, resultara num enorme incremento dos custos com pessoal. Reiterou que tinha sido um esforço enorme da Freguesia que só fora possível, porque tinha havido a conjugação de dois valores, a justiça social e a solidariedade e o conseguir-se ter uma Junta com condições financeiras para dar resposta a esse desafio. -

----- Comunicou que o incremento de custos com pessoal fora de 600 mil euros, sendo também verdade que tinha havido uma diminuição de custos com prestadores de serviços, porque tinha havido funcionários que tinham deixado de ser prestadores de serviços e tinham passado a ser trabalhadores de pleno direito. No entanto, essa diminuição fora apenas de 250 mil euros. Lembrou que isto fora feito à custa do

orçamento da Junta, e que não tinha havido qualquer reivindicação ou chantagem junto da Autarquia, ou de outra entidade qualquer, no sentido de ser transferido dinheiro para cumprimento desta obrigação. -----

----- Relativamente ao prazo médio de pagamento, considerou ser uma questão importante e neste sentido tinha ficado expresso que a Junta tinha um prazo médio de pagamento de cerca de cinco dias, o que era muito positivo e isso devia-se, por um lado à situação financeira da Junta, mas também ao trabalho da área financeira e de todos os funcionários que tinham conseguido rapidamente promover essas ações para o pagamento a tempo. -----

----- Para além disto, disse que, apesar de ter sido feito um esforço não totalmente conseguido, o Executivo tentaria na próxima prestação de contas fazer um esforço de maior integração. No entanto, garantiu que se procurara dar toda a informação da forma mais detalhada possível e na sua opinião isso fora conseguido. -----

----- Afiançou que a Tesouraria da Junta tinha melhorado consideravelmente e que, portanto, se tinha iniciado o ano com um saldo de gerência de um pouco menos de 300 mil euros e se tinha acabado o ano com um saldo de gerência de cerca de 970 mil euros com operações de Tesouraria, sendo que sem essas operações o saldo de gerência era menor. Concretizando, era da opinião que o Executivo conseguira executar o seu programa em condições financeiras adequadas. -----

----- Em relação à integração dos precários, afirmou que fora a primeira medida do plano de atividades de 2017, tendo sido aquela que tinha sido colocada como primeira prioridade e, de acordo com o Tesoureiro do Executivo, a Junta fora consequente na sua concretização. -----

----- Entroncando com a questão colocada pelo membro Vítor Teles, relativamente à área social e a questão do Regueirão dos Anjos, o membro do Executivo Jorge Lavaredas referiu que a questão dos sem-abrigo na Freguesia de Arroios era uma questão que também merecera muita atenção por parte da Senhora Presidente na reunião descentralizada. -----

----- De acordo com o mesmo, na questão dos sem-abrigo havia um problema de abordagem. Ou seja, havia pouca técnica e ciência, porque na questão dos sem-abrigo não havia uma abordagem integrada entre o Estado Central, a economia social, os municípios e as freguesias. O problema dos sem-abrigo, era um problema que, com os recursos financeiros e humanos que todas estas entidades colocavam no terreno, se tivesse havido integração, já teria sido resolvido. Aquele problema tinha que ser abraçado com integração, com equipas especializadas e multidisciplinares, porque a questão dos sem-abrigo era uma questão de doença mental, de adição e não era tanto, apesar de tudo, um problema de habitação. -----

Ainda sobre esta questão, comunicou que o Executivo da Junta tivera reuniões ao mais alto nível com a Câmara Municipal de Lisboa, com a Santa Casa da Misericórdia e com as diversas entidades que trabalhavam no terreno. -----

----- Disse também que a questão fundamental era que tinha que haver uma aposta nesta matéria. Acrescentou ainda que o Senhor Presidente da República colocara o assunto na agenda, mas não colocando o enfoque na integração e em equipas especializadas e multidisciplinares. -----

----- Finalizando, aditou que enquanto se tivesse de um lado a caridade e de outro, teorias “mais ou menos cor-de-rosa” sobre esta matéria, não se iria a lado nenhum.-----

----- Relativamente à questão do que fora feito na área social, o Executivo destacou a questão do Praia Campo, que no ano anterior tivera um grande investimento da Junta de Freguesia e nenhuma criança residente na Freguesia de Arroios tinha ficado de fora do Praia Campo. -----

----- Ainda em relação à área social, mas mais concretamente na área do desporto, o Tesoureiro do Executivo destacou o protocolo com a Academia Militar, que considerou ter sido uma grande luta da Senhora Presidente que só tinha tido sucesso porque ela era muito lutadora, mas também porque a Academia Militar e o Exército eram entidades abertas àquele desafio e, portanto, tudo aquilo que tinha acontecido na Academia Militar era de facto uma vitória para a Freguesia que tinha dado oportunidade a que muitas pessoas pudessem fazer desporto na Academia Militar. -----

----- Relativamente ainda à área do desporto, expressou que a Junta avançara com um projeto de reabilitação do pavimento do polidesportivo do Campo Mártires da Pátria. O projeto de fazer uma nova pintura do piso fora iniciado no ano passado, através de um acordo com um artista de *graffiti*. Acrescentou que se ia tentar replicar aquele tipo de projetos noutras zonas da Freguesia, tentando puxar aquilo que existia de bom nos artistas de rua, no *graffiti* e tentando deixar menos espaço aos *tags*.-----

----- Ainda na área social e da cultura, o membro do Executivo quis honrar o membro da Assembleia Ana Mirra pelo facto de já ser, pelo menos, o segundo ano consecutivo, em que a mesma fizera um elogio ao Dias de Liberdade. Assim, considerou que o Dias de Liberdade era um evento que tinha vindo a crescer, que tinha procurado integrar alguns artistas que viviam em Arroios e que tinham a oportunidade de expressar a sua capacidade artística naquele espaço e que tinha cada vez mais gente. Acrescentou que existia a ambição de que o Dias de Liberdade crescesse ainda mais e que no seguinte ano pudessem existir mais zonas além do Campo Mártires da Pátria onde a liberdade pudesse ser festejada por todos, independentemente da sua religião, etnia, ou cor política. -----

----- Relativamente à higiene urbana, referiu que se fizera um estudo da responsabilidade da Divisão de Ambiente Urbano, no sentido de perceber que meios eram necessários para desenvolver esta área e para que aquele processo pudesse melhorar. Isso tinha levado à concretização de um acordo com a Câmara Municipal de Lisboa, concretamente, um Contrato de Delegação de Competências e um Contrato de Cooperação Interadministrativo o que permitiria mais orçamento para esta área. -----

----- Deixou um agradecimento especial aos colegas do espaço público porque tinham conseguido concretizar grande parte das obras das escadinhas que ainda estavam por fazer, relativamente aos CDC's da geração anterior. Notou ainda que, mais importante do que isso, tinha sido terem feito dezenas de projetos, que tinham permitido apresentar à Câmara Municipal de Lisboa aquilo que era a visão da Junta para a intervenção no espaço público, nomeadamente para a acessibilidade e segurança pedonal, para as passeadeiras acessíveis. -----

----- Referiu ainda que isso teve uma concretização prática porque de facto se tinha conseguido que a Câmara Municipal de Lisboa aprovasse grande parte daquelas

intervenções e a Junta de Freguesia de Arroios conseguira ser a segunda junta, em termos de meios financeiro libertos pela Câmara Municipal de Lisboa naqueles CDC's. Finalmente, reiterou que isso só fora possível porque tinha havido qualidade nos projetos que tinham sido desenvolvidos pela Junta e pelos seus trabalhadores. -----

----- Relativamente à Proteção Civil, considerou que era uma área que muitas vezes não era falada, mas que, no entanto, tinha tido algum carinho por parte da Junta de Freguesia de Arroios. Acrescentou que tinha tido um teste importante na tempestade Leo, um teste que permitira perceber as forças do grupo voluntário, mas também algumas questões a melhorar, nomeadamente em termos de comunicações e em termos de protocolos. Afirmou ainda que fora um momento importante e que tinha sido possível, em muito poucas horas, tentar proteger a Freguesia de uma situação bastante difícil. -----

----- Na área do bem-estar animal, destacou o Dia do Animal de Arroios e o *dog park*. Respondendo ao membro da Assembleia Ana Mirra, disse que o Executivo estava a avaliar que tipo de piso deveria ser colocado no *dog park*, de forma a ser seguro para os animais e que fosse mais limpo e menos dado a situações que existiam à data. -----

----- Relativamente à questão dos mercados e da economia local, referiu que tinha havido uma grande atenção. No caso do Mercado 31 de Janeiro, considerou que o mesmo já tinha uma dinâmica própria que já vinha de trás, dinâmica essa que fora aprofundada com a questão do Padel e que seria ainda mais aprofundada com a questão da Loja do Cidadão que levaria a que existissem mais três lojas que iriam para concurso.

----- Sobre o Mercado de Arroios, afirmou que a situação não era tão boa, mas ainda assim tinham sido feitas várias ações pela Junta, juntamente com o Vice-Presidente Duarte Cordeiro, quando ele estava na Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de se encontrar uma solução mais sustentável para o Mercado de Arroios. Esclareceu que essa solução estava desenhada, mas que o Executivo não se ia abrir muito sobre essa matéria dado que a mesma não dependia exclusivamente da Junta de Freguesia de Arroios. No entanto, afiançou que existia um projeto que promovia o Mercado de Arroios, que envolvia a melhoria do espaço público em torno do Mercado de Arroios, com mais espaço de estadia, com ciclovias e com uma ligação mais clara entre o mercado, o parque de estacionamento da Alameda e o metro. -----

----- Em relação ao Mercado do Forno do Tijolo, referiu-se ao protocolo que fora desenvolvido com a Câmara Municipal de Lisboa, com o Pelouro dos Direitos Sociais do Vereador Manuel Grilo, que tinha como finalidade instalar no Mercado do Forno Tijolo a Casa Diversidade e dos Direitos do LGBTI. Ainda, acrescentou que a Junta de Freguesia conseguira, na sequência desse acordo, que estivesse prevista a construção dum auditório para a realização de eventos, para que a própria Junta tivesse um auditório em condições térmicas, de conforto e de segurança, que à data não existia. ----

----- Relativamente à questão do comércio local, nomeadamente sobre aquele que fora afetado pelas obras na Estação de Arroios, afirmou que a questão fundamental era que os comerciantes tinham um prejuízo porque havia menos pessoas a sair no metro. Assim, referiu que o metro de Arroios era um grande atrator de pessoas, que agora havia muito menos visibilidade das atividades e que os comerciantes tinham perdido muito com isso. -----

----- Fazendo menção ao trabalho da Senhora Presidente da Junta, referiu que a mesma tinha feito recentemente uma ação em que convocara a comunicação social e a Administração do Metro e tinha confrontado estas entidades, não só com um certo desrespeito que o Estado às vezes tinha para com as entidades que trabalhavam todos os dias no terreno, mas também demonstrando ao Metro que havia muito a fazer no caso da Estação dos Anjos e da Estação do Intendente, que eram estações que tinham uma traça interessante e um pouco retro. Não sendo necessário fazer grandes mudanças, era necessário que tivessem condições de habitabilidade e de limpeza. Neste sentido, afiançou que havia o compromisso do Metro de Lisboa de fazer rapidamente intervenções na Estação dos Anjos e na Estação do Intendente de forma a resolver essa situação. -----

----- Mais concretamente, sobre Estação de Arroios, explanou que era uma situação mais complexa e que do ponto de vista técnico não era fácil fazer aquela intervenção sem fechar a Estação de Arroios. No entanto, era fácil e era obrigação ter-se feito o que se fez, mas sem prejudicar tanto os comerciantes, ou por outro lado, dando alguma compensação aos mesmos. Finalmente, reiterou que da parte da Junta se tinha feito imensa pressão para que a questão da isenção das taxas tivesse sido levada à Assembleia Municipal, o que já acontecera e, portanto, o Executivo acreditava que o assunto estaria, desse ponto de vista, em resolução. -----

----- Finalmente e ainda sobre isto, disse que as intervenções no espaço público deviam merecer uma atenção legislativa especial, no sentido de se preverem compensações para os comerciantes, coisa que à data não acontecia, ou se acontecia, não eram suficientemente claras. -----

----- Ainda na área da mobilidade, disse que a Junta tinha tido várias ações junto da Câmara Municipal de Lisboa para a concretização da carreira de bairro e que existia a garantia que isso ia acontecer ainda no ano de 2019. -----

----- Relativamente à segurança, anunciou que estava previsto, em alguns locais na Freguesia, nomeadamente na Rua dos Anjos, aquilo que era designado como um Contrato Local de Segurança, que envolvia não só medidas de segurança, medidas com os agentes locais e com as associações, mas também outras medidas que eram mais polémicas, que considerou que deviam ser perspetivadas de uma forma mais desapaixonada, porque senão as histórias do Sandro não se resolveriam e que, portanto, o problema não se resolvia enquanto não se tivesse uma abordagem mais integrada sobre esta matéria. -----

----- **Membro Eugénia Silva (PDS)**, questionou se, devido à elevada hora, não era possível passar-se o resto do ponto para o dia seguinte, dado que, pelo que sabia, no dia seguinte os funcionários tinham que trabalhar. Para além disso, referiu que se tinha levantado muito cedo, que tinha estado a fazer um exame muito doloroso e que, portanto, já se encontrava cansada. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, no seguimento da intervenção do membro Eugénia Silva, informou que seria colocada à Assembleia da Freguesia a possibilidade de se continuar, ou não, depois da meia-noite. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)**, apresentou os seus cumprimentos e agradecimentos às pessoas que elaboraram as contas, não só o Executivo, como também a responsável da contabilidade.-----

----- Sobre as contas, referiu que era interessante ter-se verificado um resultado líquido do exercício bastante significativo, de cerca de 288 mil euros positivos, os quais, segundo fora dito, tinham sido influenciados pelo reconhecimento de proveitos diferidos do ano anterior e pela alteração do critério de apuramento do IVA para o método do pró rata.- -----

----- No que toca ao prazo médio de pagamento, referiu que, numa perspetiva financeira, um prazo médio de cinco dias era algo que poderia não ser benéfico, neste caso, para a autarquia. Assim, questionou se esse prazo era após o prazo estipulado em fatura, que geralmente eram trinta, sessenta, ou noventa dias, ou era cinco dias, após recebimento da fatura.-----

----- Sobre os mapas de fundo de maneio que estavam em anexo à informação, era da opinião que eram dados muito pouco relevantes, não só pelos valores que eram descritos, como também pela ausência do descritivo desses valores.-----

----- Quanto aos custos e perdas, nomeadamente sobre o custo com as remunerações após a integração dos trabalhadores com vínculo precário, a eleita do PCP notou que, apesar disso ter trazido alguns encargos sociais, contemplou também uma passagem de rubricas de valores, ou seja, passou-se de uma rubrica de avenças, para a rubrica de pessoal contratado. No entanto, o PCP verificou que as remunerações, mais os encargos, representavam, no cômputo geral dos custos e perdas, um total de 33% do total, quando a rubrica mais elevada, de 58%, se devia a fornecimentos e serviços com terceiros.-----

----- Quanto às amortizações e provisões, o PCP referiu que não entendia o mapa da página 11, dado que não tinha encontrado explicação para um valor nele apresentado. Assim, notou que o valor que se apresentava no balanço, e que estava representado pela diferença entre 273 mil euros e 54 mil euros, deveria corresponder a 218 mil euros e não a 236 mil euros, como estava descrito no referido mapa.-----

----- Quanto aos rácios de solvabilidade e autonomia financeiros da página 22, e que constavam do relatório de gestão de 2018, referiu que estavam ao contrário. Assim, fez notar que aquilo que seria de solvabilidade, e que correspondia a fundos próprios, sob passivo, dava um coeficiente 1,96, que era um valor superior a 1, o que significava que o património era suficiente para fazer face às responsabilidades da entidade. O rácio da autonomia, isto é, fundos próprios sob ativo líquido, dava um rácio de 62,26, o que significava que a entidade, neste caso a autarquia, não estava dependente de capitais alheios, mas sim de fundos próprios.-----

----- Quanto à listagem da situação dos contratos por ajuste direto, referiu que consideravam a informação muito importante. No entanto, pecava por uma falha, na medida em que deveria informar sobre os contratos que tinham sido rescindidos, porque como estava, parecia que aquelas pessoas todas e aquilo tudo ainda existia, o que não era o caso.-----

----- Referindo-se ao saldo de gerência de cerca de 975 mil euros, que ia passar para o ano 2019, e que se desdobrava em execução orçamental, 920 mil euros, e operações Tesouraria, 54 mil euros, aditou que as eleitas do PCP consideravam que, sendo um

saldo de gerência, o mesmo era elevado e que se justificava por uma baixa taxa de execução das despesas. Acrescentaram ainda que, apesar da taxa de execução das despesas ser de 78,82%, a taxa de despesas de capital com o investimento era de 32,9%, o que era um valor muito baixo. Assim, referiram que no mapa da página 14, Execução do Plano Plurianual de Investimento, verificava-se que montantes bastante elevados e que estavam previstos, relativos a obras de investimento, não tinham sido executados. Neste sentido, afirmaram que não consideravam assim tão positivo um saldo de gerência tão elevado. -----

----- Para finalizar, e relativamente às obras, colocou uma questão sobre a localização de um quiosque, dado que tinha a sensação que seria na Rua Rovisco Pais, junto ao Instituto Superior Técnico, mas que, no entanto, o que tinha visto lá, fora um quiosque encarnado que tinha lá escrito “Freguesia do Areeiro”. Depois de uma interpelação do público que não foi perceptível, afirmou que já estava esclarecida. -----

----- **O Tesoureiro do Executivo Jorge Lavaredas**, disse que se as forças de oposição, à meia-noite e um minuto não quisessem interromper a assembleia para não votar, seria correto responder ao PCP relativamente às questões que tinha levantado. Reiterou ainda a importância de ser votada a Prestação de Contas de 2018 para que a Lei pudesse ser cumprida e para que as obrigações declarativas da Junta ao Tribunal de Contas e outras entidades também pudessem ser cumpridas no calendário correto. -----

----- **Membro Ana Júlia Filipe (BE)**, questionou se também poderia ser respondida a sua pergunta relativa à execução dos Orçamentos Participativos, na medida em que acabava por estar interligada com o ponto em discussão. -----

----- **O Tesoureiro do Executivo Jorge Lavaredas**, relativamente à questão da eleita do Bloco de Esquerda, pediu a sua compreensão para que a resposta fosse feita por escrito num momento posterior, porque a Vogal do Executivo Adélia Caixinha - sendo a pessoa mais indicada para dar esses esclarecimentos - não estava presente por questões de saúde. -----

----- Sobre a questão do pró rata, referiu que tinha sido um projeto levado a cabo internamente, para otimizar a despesa com o IVA e, portanto, na sua opinião, tinha havido uma poupança significativa a esse nível. -----

----- Relativamente à baixa taxa de execução dos investimentos, o Tesoureiro do Executivo concordou, em parte, com o que o membro da Assembleia Fernanda Lacerda tinha dito. Assim, afirmou que a junta não existia para gerar saldos de gerência elevados, mas para executar o seu programa e executar os investimentos de acordo com o que tinha sido aprovado e a bem da população. -----

----- Ainda sobre a baixa taxa de investimento nas despesas de capital, acrescentou que isso estava relacionado com uma única empreitada - a empreitada do elevador do Forno do Tijolo - que tinha sido uma empreitada que ficara deserta, em função daquilo que fora a evolução do mercado da construção. Portanto, para o valor base que fora colocado a concurso, não tinha havido concorrentes que apresentassem propostas e a Junta tinha tido que renegociar com a Câmara Municipal de Lisboa o aumento do envelope financeiro para a realização desse concurso. Finalmente e concretizando, referiu que se a eleita do PCP juntasse os cerca de 270/280 mil euros - novo valor, fruto

de uma reavaliação - ao resto da despesa de investimento, dispararia a execução de despesa de capital e que isso só não tinha acontecido por essa razão. -----

----- Em relação ao quiosque da Rovisco Pais, esclareceu que, dado se ter achado mais importante afetar essa verba - cerca de 90 mil euros - para o elevador e se ter percebido que havia tensões entre os quiosques naquela zona e os moradores, a Junta optara por ser mais conservadora e abdicar, naquele momento, da execução do referido quiosque. -

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a Prestação de Contas de 2018, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (8 do PS, 2 do BE, 2 do CDS-PP), 5 abstenções (2 do PSD, 2 PCP e 1 abstenção do PAN). [Na presente votação apenas estavam presentes 17 membros da Assembleia, tendo-se ausentado da mesma o membro Damião de Castro (PSD)]-----

----- **Ponto 8 - Apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais de 2018**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatou não haver intervenções relativas a este ponto, quer do Executivo da Junta de Freguesia, quer dos membros da Assembleia. -----

----- **Ponto 9 - Apreciação e discussão do Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição, relativo ao exercício de 2018**-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)**, sobre o Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição, o PCP considerou que as disponibilidades de informação da documentação para discussão, nomeadamente para as assembleias de freguesia, escasseavam na parte do tempo que era permitido para análise. Isto, porque se se pretendia que houvesse uma análise e uma discussão, tinha que se ter tempo para ler o relatório, dado que eram entregues dezenas de páginas. -----

----- Relativamente ao *site* da Junta, referiu que durante determinado tempo, as atas da assembleia e do Executivo estavam bastante atrasadas, mas deixou a ressalva que se verificava que já estavam em dia. No entanto, questionou porque é que ainda não estavam publicadas as atas que mediavam entre o mês de maio e dezembro - as célebres atas do problema que tinha havido numa reunião - até porque já tinham sido disponibilizadas ao Executivo. -----

----- Em relação ao Relatório em discussão, as eleitas do PCP solicitaram a alteração, no texto da conformidade com o art.3º da Lei do Estatuto do Direito de Oposição, Lei 24/98, da designação "*os cidadãos eleitos pelas listas do*", por "*os partidos políticos*", porque eram os partidos políticos, representados nas assembleias legislativas regionais e nos órgãos deliberativos de autarquias locais, que estavam representados no correspondente órgão executivo. -----

----- Sobre o art.4º, Consulta Prévia, o PCP disse que aquilo que o Executivo costumava fazer era pedir aos partidos que dessem os contributos para o Plano de Atividades e Orçamento. De acordo com o referido artigo, o Executivo devia elaborar e apresentar a versão do Plano de Atividades para que os partidos pudessem realmente analisá-lo e assim, exercer o seu direito de consulta prévia.-----

----- Relativamente ao art.5º, Direito à Informação, o PCP referiu que, por vezes, as informações que eram pedidas, nem sempre eram dadas no prazo correspondente, e que muitas vezes, nem sequer havia resposta a alguns pedidos de informação. -----

----- Posto tudo isto, o membro da Assembleia Fernanda Lacerda informou que o PCP se ia abster nesta votação. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, dada a última intervenção da eleita do PCP, informou que neste ponto não haveria votação do Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição, relativo ao exercício de 2018, dado que o ponto tratava apenas da sua apreciação e discussão. No entanto, fez notar que tinha ficado registada a sua intenção caso houvesse votação desta matéria. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, procedeu à leitura da ata em minuta da presente Assembleia. -----

-----**Ata em minuta** -----

“----- *Tomaram posse nos termos do artigo 18º/nº3 do Regimento da Assembleia de Freguesia de Arroios e art.10º do Decreto-Lei 169/99 José Eduardo Matos, como presidente da Mesa da Assembleia, atendendo à ausência de toda a mesa da Assembleia de Freguesia de Arroios, com 12 votos a favor, 4 abstenções e 1 voto nulo.-*

----- *Tomaram posse os membros Ana Pocinho e André Roma.* -----

----- *Foi eleito o Primeiro Secretário da mesa da Assembleia de Freguesia de Arroios, Pedro Louro, com 10 votos a favor, 6 abstenções e 1 voto contra.*

----- *Foi eleita a Segunda Secretária da mesa da Assembleia de Freguesia de Arroios, Ana Cristina Pocinho, com 10 votos a favor, 6 abstenções e 1 contra.* -----

----- *Foi aprovada por unanimidade a recomendação do CDS-PP sobre a placa de homenagem a Sampaio Garrido.* -----

----- *Foi aprovada por unanimidade a recomendação do CDS-PP, para assinalar o dia da luta contra a da homofobia e transfobia, a dia 17 de Maio.* -----

----- *Foi aprovada por unanimidade a recomendação do CDS-PP, acerca da repavimentação do passeio junto ao Mercado 31 de Janeiro.* -----

----- *Foi aprovada a moção comemorativa dos 45 Anos de Revolução do 25 de Abril feita pelo PS, com 3 votos de abstenção do PSD e 15 votos a favor da restante Assembleia.* -----

----- *Foi aprovado o voto de louvor pela implementação da Lei 112/2017, com 3 abstenções do PSD, 2 abstenções do PCP e 13 votos a favor.* -----

----- *Foi aprovada a saudação ao 45º aniversário da Revolução de Abril do PCP, com 3 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS-PP e 13 votos a favor.* -----

----- *Foi aprovada a moção pelo desenvolvimento do transporte coletivo apresentada pelo PCP, com 2 abstenções do CDS-PP e aprovada com 15 votos [Os 15 votos a favor enunciados pelo Presidente da Assembleia não correspondem, quer ao número de votos enunciados aquando da votação, quer ao número de votos patentes na ata em minuta]. --*

----- *Foi aprovada a saudação ao 25 de Abril e 1º de Maio do BE, com 2 abstenções do CDS-PP e 3 abstenções do PSD. Aprovada por 12 votos.* -----

----- *Foi aprovada a Ata número 10, do dia 27 de dezembro de 2018, por unanimidade.* -----

----- Foi aprovada a prestação de contas de 2018, com 2 abstenções do PSD, 2 abstenções do PCP, 1 abstenção do PAN e 12 votos a favor.” -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a ata em minuta tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**, constando a mesma em anexo. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, esgotada a ordem de trabalhos, deu por encerrada a sessão, não sem antes se desculpar por qualquer lapso ou erro regimental. Era meia-noite e três minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1ºSECRETÁRIO Pedro Dias Louro 2ºSECRETÁRIO António
-----PRESIDENTE-----

José Eduardo Nunes